

ISSN 18078834

# BNB

## Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo  
Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste

# 55

abr/jun - 2018



## ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

Luiz Alberto Esteves  
 Economista Chefe  
 Tibério Rômulo Romão Bernardo  
 Gerente de Ambiente  
 Airton Saboya Valente Junior  
 Gerente Executivo - Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicos

### EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica  
**Allisson David de Oliveira Martins**  
**Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão**  
 Produção Agropecuária  
**Jackson Dantas Coêlho**  
 Produção Industrial  
**Liliane Cordeiro Barroso**  
 Economia Internacional, Produção de Veículos, Serviços, Comércio Varejista, Turismo  
**Airton Saboya Valente Junior**  
**Rodrigo Fernandes Ribeiro**  
 Mercado de Trabalho  
**Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão**  
 Comércio Exterior  
**Laura Lúcia Ramos Freire**  
 Finanças Públicas e Cesta Básica  
**Antônio Ricardo de Norões Vidal**  
 Intermediação Financeira e Índice de Preços  
**Allisson David de Oliveira Martins**  
 Estagiários  
**Rodrigo Fernandes Ribeiro**  
**Dalylla Soares de Azevedo**  
**Antônio Kassyo Monteiro Costa**  
 Jovens Aprendizes  
**Yago Carvalho Lima**  
**Sarah Lucena Barros**  
 Tabulação de Dados  
**Bruno Gabai**  
**José Wandemberg Rodrigues Almeida**  
 Revisão  
**Hermano José Pinho**  
 Diagramação  
**Gustavo Bezerra Carvalho**

## SUMÁRIO

1 Economia Internacional.....	04
2 População do Brasil e do Nordeste .....	06
2 Atividade Econômica .....	08
3 Produção Agropecuária .....	11
4 Produção Industrial.....	14
5 Serviços.....	21
6 Comércio Varejista .....	23
7 Turismo.....	25
8 Mercado de Trabalho.....	27
9 Comércio Exterior.....	31
10 Finanças Públicas.....	40
11 Intermediação Financeira.....	44
12 Índices de Preços.....	46
13 Cesta Básica.....	48

## 1 Economia Internacional

De acordo com estimativas elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial deverá expandir 3,9% em 2018 (Tabela 1). Referido desempenho do PIB global decorre predominantemente da expansão mais robusta de economias desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos, países integrantes da Área do Euro, Coreia do Sul e Austrália, bem como de economias em desenvolvimento, dentre as quais cabe destacar Índia e China. Em 2018, os países desenvolvidos crescerão 2,4% enquanto as nações em desenvolvimento expandirão 4,9%.

O Banco Mundial estima que o comércio mundial deverá incrementar 4,8% em 2018. Os preços dos combustíveis aumentarão 33% no corrente ano. Assim, o preço médio do barril de petróleo deve saltar de US\$ 53 em 2017 para aproximadamente US\$ 70 em 2018, considerando as tensões geopolíticas no Oriente Médio.

Os preços médios dos minerais e metais crescerão aproximadamente 9% em 2018. Os valores dos produtos agrícolas incrementarão apenas 2%, embora os preços dos cereais devam subir 8%. Registre-se que os produtores brasileiros de soja, inclusive do Nordeste, poderão se beneficiar da introdução de direitos compensatórios impostos pela China aos sojicultores dos Estados Unidos, em resposta às tarifas introduzidas pela nação norte-americana.

Os Estados Unidos têm buscado estabelecer políticas industriais agressivas e protecionistas, e nesse sentido, introduziram uma sobretaxa nas importações de aço e alumínio, com implicações no Brasil, que é um dos maiores exportadores desses produtos. Essa decisão repercute no Nordeste, pois um quarto da produção da usina siderúrgica da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP é exportado para empresas dos Estados Unidos. As placas de aço da CSP representam atualmente o terceiro item da pauta de exportação do Nordeste.

Em que pese os avanços do PIB e do comércio mundiais em 2018, diferentes especialistas alertam sobre os riscos de colapso do crescimento sustentável com demanda e investimento firmes e redução da desigualdade. Economistas do Banco Internacional de Compensações - BIS alertam que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável tendo em vista a elevada dívida nos mercados financeiros inundados pela liquidez dos bancos centrais dos países pertencentes ao G-7.

Além disso, tem-se o risco de um confronto militar entre o Ocidente (Organização do Tratado do Atlântico Norte, Estados Unidos e União Europeia) e o Oriente (Rússia e China). Paralelamente, as elevadas emissões de carbono aumentam o aquecimento global e ameaçam o planeta.

As projeções econômicas para a América Latina ocorrem em um contexto internacional mais favorável em comparação com os últimos anos, em função da elevação dos preços de diferentes commodities, embora persistam importantes incertezas quanto ao protecionismo comercial, em função da dinâmica financeira e considerando os riscos geopolíticos, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB - Mundo e países selecionados - Em %

Mundo/País	2014	2015	2016	2017 <sup>(1)</sup>	2018 <sup>(2)</sup>	2019 <sup>(2)</sup>
<b>Mundo</b>	<b>3,6</b>	<b>3,5</b>	<b>3,2</b>	<b>3,7</b>	<b>3,9</b>	<b>3,9</b>
<b>Países Desenvolvidos</b>	<b>2,1</b>	<b>2,3</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,4</b>	<b>2,2</b>
Área do Euro <sup>(3)</sup>	1,3	2,1	1,8	2,4	2,2	1,9
Austrália	2,6	2,5	2,6	2,3	3,0	3,1
Canadá	2,9	1,0	1,4	3,0	2,1	2,0
Coréia do Sul	3,3	2,8	2,8	3,1	3,0	2,9
Estados Unidos	2,6	2,9	1,5	2,3	2,9	2,7
Japão	0,4	1,4	1,0	1,7	1,0	0,9
Reino Unido	3,1	2,3	1,8	1,7	1,4	1,5
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,7</b>	<b>4,3</b>	<b>4,4</b>	<b>4,7</b>	<b>4,9</b>	<b>5,1</b>
África do Sul	1,8	1,3	0,6	1,3	1,5	1,7
Angola	4,7	3,0	-0,8	0,7	2,2	2,4
Arábia Saudita	3,7	4,1	1,7	-0,7	1,7	1,9
Argentina	-2,5	2,7	-1,8	2,9	2,0	3,2
Bangladesh	6,3	6,8	7,2	7,1	7,0	7,0
<b>Brasil</b>	<b>0,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>1,0</b>	<b>1,8</b>	<b>2,5</b>
Chile	1,8	2,3	1,3	1,5	3,4	3,3
China	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6	6,4
Colômbia	4,4	3,1	2,0	1,8	2,7	3,3
Índia	7,4	8,2	7,1	6,7	7,3	7,5
Indonésia	5,0	4,9	5,0	5,1	5,3	5,5
Malásia	6,0	5,0	4,2	5,9	5,3	5,0
México	2,8	3,3	2,9	2,0	2,3	2,7
Nigéria	6,3	2,7	-1,6	0,8	2,1	2,3
Peru	2,4	3,3	4,1	2,5	3,7	4,0
Rússia	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7	1,5
Tailândia	1,0	3,0	3,3	3,9	3,9	3,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do FMI.

Notas: (1) Valores estimados. (2) Valores projetados. (3) Média de crescimento para os países da Área do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Grécia e Espanha.

## 2 População do Brasil e Nordeste

O Brasil possui, atualmente, 208.494.900 habitantes, de acordo com dados recentemente divulgados pelo IBGE. A população do País continuará a crescer até 2047 quando atingirá 233.233.670 pessoas. Nos anos seguintes, entretanto, a população começará a decair e alcançará 228.286.347 habitantes, em 2060.

Já a Região Nordeste, segundo ainda o IBGE, tem atualmente 56.760.780 habitantes (27,2% do Brasil). A população deverá crescer até 2040, com 60.582.367 habitantes, caindo até atingir, em 2060, 57.115.649 pessoas. Antes de 2048, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia deverão ter redução no número de habitantes.

O IBGE aponta como causas dessa redução a queda da taxa de fecundidade e o saldo migratório negativo.

No Brasil, a taxa de fecundidade total (inclui todos os grupos etários da mãe) para 2018 é 1,77 filho por mulher. Em 2060, o número médio de filhos por mulher poderá cair para 1,66. No Nordeste, a estimativa para 2018 é de 1,75 filho por mulher enquanto as projeções para 2060 apontam para 1,66 filho por mulher. O Estado do Maranhão, com 1,9, tem a maior taxa de fecundidade, em 2018, podendo continuar, também, em 2060, com 1,8 filho por mulher (Tabela 1).

Tabela 1 - Projeção de Indicadores selecionados - 2018 e 2060

UF	População (em 01/07)		Esperança de vida ao nascer (em anos)		Taxas de fecundidade total		% População com 65 anos ou +	
	2018	2060	2018	2060	2018	2060	2018	2060
Brasil	208.494.900	228.286.347	76,3	81,0	1,77	1,66	9,2	25,5
Nordeste	56.760.780	57.115.649	73,6	78,9	1,75	1,66	8,4	25,2
Maranhão	7.035.055	7.357.617	71,1	78,2	1,93	1,80	7,0	21,9
Piauí	3.263.754	2.948.119	71,4	77,0	1,76	1,69	8,5	24,6
Ceará	9.076.426	9.345.192	74,3	79,0	1,70	1,64	8,8	25,4
Rio Grande do Norte	3.479.010	3.815.691	76,2	79,6	1,65	1,64	8,8	25,7
Paraíba	3.996.496	4.048.336	73,8	79,3	1,76	1,64	9,6	25,6
Pernambuco	9.496.735	9.945.508	74,6	79,8	1,76	1,64	8,6	25,0
Alagoas	3.322.379	3.230.875	72,3	79,2	1,76	1,68	7,4	24,7
Sergipe	2.278.308	2.598.353	73,2	78,8	1,74	1,65	7,3	23,4
Bahia	14.812.617	13.825.958	73,9	78,9	1,69	1,62	8,7	27,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

Atualmente, a expectativa de vida (homens e mulheres) dos nordestinos ao nascer é de 73,6 anos (no Brasil, 76,3 anos). Em 2060, a projeção é de 78,9 anos - um acréscimo de 5,3 anos. No Brasil, o aumento será de 4,8 anos, ou seja, a esperança de vida será de 81,0 anos. Entre os estados nordestinos, Rio Grande do Norte tem a maior esperança de vida ao nascer com 76,2 anos e o Maranhão a menor expectativa de vida com 71,1 anos, em 2018. Em 2060,

Pernambuco registrará o melhor indicador, 79,8 anos de vida, enquanto o pior ficará com o Piauí, 77,0 anos de vida.

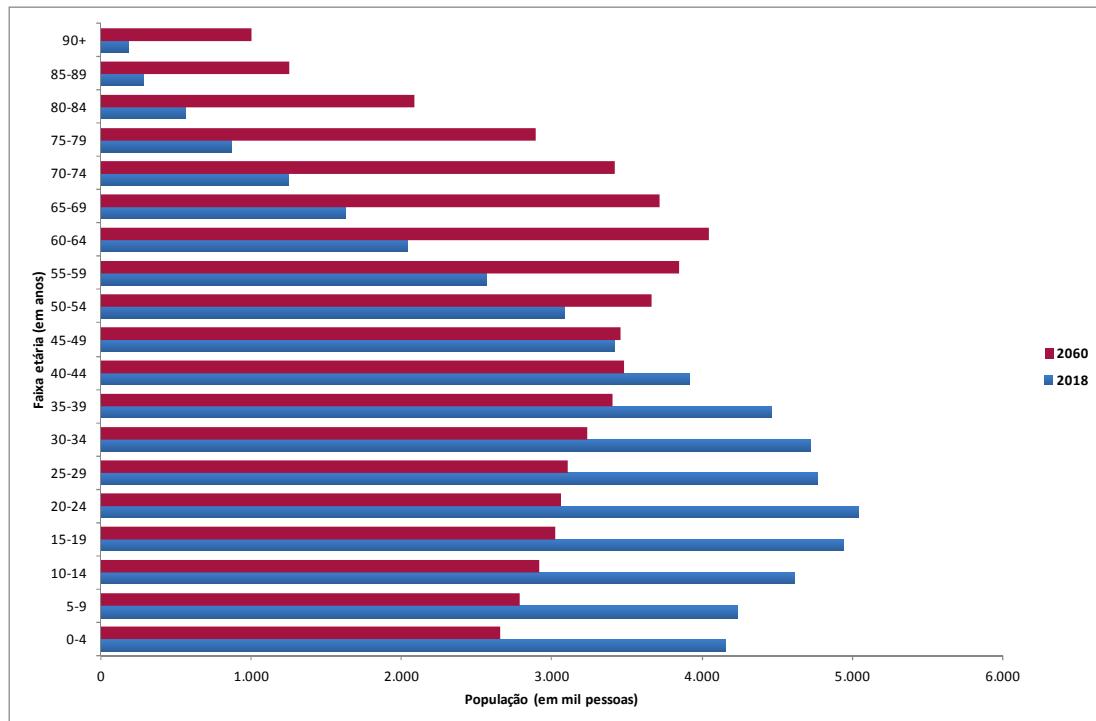
Como consequência do aumento da expectativa de vida e da queda da fecundidade, a população do País está envelhecendo gradativamente, segundo mostram as projeções do IBGE.

Em 2060, um em cada quatro brasileiros terá 65 anos ou mais, isto é, 25,5% do total da população do País (58.213.018 idosos). Em 2018, esse percentual está estimado em 9,2% (19.181.530 idosos). Em sentido contrário, a população de até 14 anos de idade, que atualmente representa 21,3% do total (44.409.414 jovens), chegará a 14,7% (33.558.093 jovens) em 2060.

A Região Nordeste também tenderá a ter mais idosos que jovens no ano limite da projeção populacional. O percentual de pessoas com mais de 65 anos passará dos atuais 8,4% (4.767.906 idosos) para 25,2% (14.393.144 idosos), em 2060. De maneira inversa, os jovens de até 14 anos que atualmente representam 22,9% (12.998.219 jovens) da população da Região, representarão 14,7% (8.396.000 jovens) em 2060.

O Gráfico 1 detalha as projeções da população por faixa etária para os anos de 2018 e 2060, evidenciando o envelhecimento populacional.

Gráfico 1 - Nordeste - Projeção da população por faixa etária - 2018 e 2060



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2018).

### 3 Atividade Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou aumento de 1,4% no acumulado dos quatro trimestres terminados em junho de 2018, quando se compara com os quatro trimestres imediatamente anteriores, conforme os dados apresentados na Tabela 1. Referida taxa resultou do avanço de 1,3% do Valor Adicionado a preços básicos e de 2,6% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A expansão do Valor Adicionado ocorreu em função dos desempenhos a seguir especificados: Agropecuária (2,0%), Indústria (1,4%) e Serviços (1,4%). Dentre as atividades industriais, as Indústrias de Transformação (3,5%), Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,0%) e Indústrias Extrativas (0,3%) apresentaram crescimento. A Construção sofreu contração de 2,4%.

Dentre os Serviços, destaque para Comércio, que avançou 3,7%. Também cresceram Transporte, armazenagem e correio (2,5%), Atividades imobiliárias (2,5%), Outras atividades de serviços (1,0%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,3%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,1%). Por sua vez, Informação e comunicação (-1,1%) declinaram.

Sob a ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo avançou 2,6% e a Despesa de Consumo das Famílias obteve expansão de 2,3%. Por outro lado, a Despesa de Consumo do Governo recuou 0,4%. Este é o terceiro trimestre em que ocorre avanço da Despesa de Consumo das Famílias e o primeiro de crescimento na Formação Bruta de Capital Fixo após seguidos trimestres de recuo. A Despesa de Consumo do Governo manteve-se em queda.

Quanto ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços avançaram 4,7%, enquanto que as Importações de Bens e Serviços apresentaram crescimento de 7,1%.

Registre-se que ocorreram duas quedas consecutivas do PIB, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016, enquanto que em 2017 verificou-se crescimento de 1,0%. O PIB per capita variou 0,2% em termos reais, alcançando R\$ 31.587 em 2017, sendo definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

**Tabela 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB, componentes da produção e componentes da demanda**

Taxa Acumulada nos Últimos Quatro Trimestres					
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores (%)	2017.II	2017.III	2017.IV	2018.I	2018.II
PIB a preços de mercado	-1,2	-0,2	1,0	1,3	<b>1,4</b>
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	8,4	11,6	13,0	6,1
	Valor adicionado bruto da indústria	-2,2	-1,4	0,0	0,6
	Valor adicionado bruto dos serviços	-1,5	-0,8	0,3	1,0
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	-1,9	-0,5	1,0	2,1
	Despesa de consumo do governo	-0,3	-0,4	-0,6	-0,6
	Formação bruta de capital fixo	-6,3	-4,2	-1,8	-0,1
	Exportação de bens e serviços	-0,8	1,1	5,2	6,2
	Importação de bens e serviços (-)	-0,6	2,7	5,0	4,6
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.					

O Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br) subiu 3,29% em junho de 2018, quando comparado ao mês imediatamente anterior, na série livre dos efeitos sazonais. A greve no setor de transportes afetou o IBC-Br negativamente em maio, mas positivamente no mês seguinte. Assim é que, em junho, verificou-se avanço expressivo na indústria (+13,1%) e nos serviços (+6,6%), além de crescimento do varejo ampliado (+2,5%).

A taxa de crescimento do IBC-BR foi de 0,9% no primeiro semestre de 2018. Em 12 meses, o indicador aumentou 1,3%, denotando moderada recuperação da economia, de acordo com o Banco Central (BACEN). O crescimento verificado no corrente ano (+1,3%) e em 2017 (+1,0%) são insuficientes para compensar os recuos observados em 2016 (-4,0%) e em 2015 (-4,2%), vide Tabela 2.

Tabela 2 - Variação (%) do Índice de Atividade Econômica do Brasil, Nordeste, regiões e estados selecionados <sup>(1)</sup>

País/Região/Estado	2015	2016	2017	2018 <sup>(1)</sup>
<b>Brasil</b>	<b>-4,2</b>	<b>-4,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,3</b>
<b>Nordeste</b>	<b>-2,3</b>	<b>-3,8</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>
Bahia	-2,6	-5,6	-0,3	0,6
Ceará	-3,6	-3,6	0,1	1,1
Pernambuco	-4,5	-5,3	0,5	0,9
<b>Sudeste</b>	<b>-2,9</b>	<b>-4,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>1,3</b>
Espírito Santo	-1,6	-8,3	1,3	1,1
Minas Gerais	-3,8	-2,6	0,5	0,9

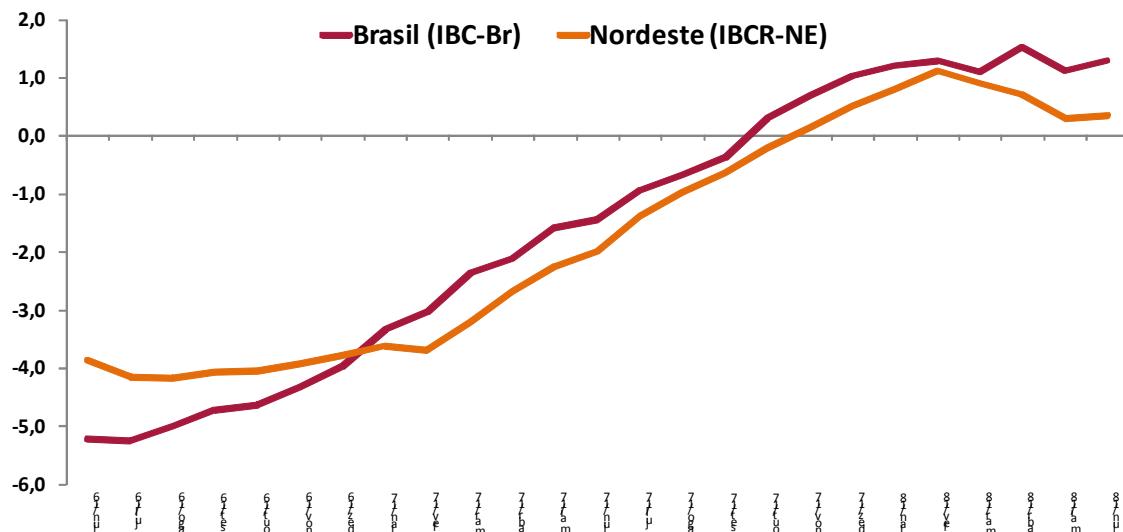
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central. Nota: (1) A variação em 2018 refere-se aos últimos 12 meses encerrados em junho/2018.

As cinco regiões do País registraram variações positivas nos respectivos índices de atividade econômica no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em junho de 2018: Norte (+2,9%), Centro-Oeste (+2,1%), Sul (+1,6%), Sudeste (+1,3%) e Nordeste (+0,3%).

A economia do Nordeste cresceu 2,8% em junho de 2018, na série livre de efeitos sazonais, de acordo com o índice de atividade regional do Banco Central. Quando se avalia o desempenho no acumulado dos últimos 12 meses, observa-se leve avanço (+0,3%). O índice de atividade econômica do Nordeste apresenta desempenho inferior em comparação com a média nacional desde janeiro de 2017, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 1.

A expansão da produção agrícola e o incremento das vendas do comércio têm contribuído para a retomada do crescimento do índice de atividade econômica da Região em 2018. Por outro lado, a recuperação da indústria tem sido lenta, enquanto os serviços seguem em declínio.

Gráfico 1 - Variação (%) do Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste - Acumulado em 12 meses



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Em termos estaduais, o índice de atividade econômica do Ceará, de melhor performance na Região Nordeste, porém inferior em comparação com a média do País, subiu 1,1% no acumulado dos últimos 12 meses terminados em junho de 2018. Destaque para a indústria, que apresentou aceleração de 2,3%, com nove dos onze ramos investigados apresentando elevação na produção. Sob a ótica do comércio varejista ampliado, observou-se crescimento no volume de vendas (+5,0%). Em contraste, os serviços recuaram 9,4% nesse Estado, no período em análise.

Em Pernambuco, o índice de atividade cresceu 0,9% nos últimos 12 meses finalizados em junho de 2018. Cabe mencionar o desempenho do volume de vendas no varejo ampliado (+3,2%). Destacaram-se as vendas de materiais para escritório, informática e comunicação (+28,9%) e eletrodomésticos (+18,2%). A indústria apresentou leve crescimento (+0,6%), enquanto que o setor de serviços (-4,5%) registrou resultado negativo no período.

O índice de atividade econômica da Bahia apresentou crescimento de 0,6% no acumulado dos últimos 12 meses. O comportamento recente da economia baiana decorre em razão do comércio varejista ampliado e da indústria, que registraram elevação de 3,7% e 1,8%, respectivamente. Em contraste, o setor de serviços declinou 4,2%, nessa mesma base de comparação.

O comércio varejista ampliado mineiro avançou 5,3%, o que repercutiu positivamente no índice de atividade econômica em Minas Gerais, que subiu 0,9% nos últimos 12 meses. De forma contrária, os serviços (-1,9%) e a indústria mineira (-0,6%) registraram retração.

O índice de atividade do Espírito Santo (+1,1%) avançou no acumulado dos últimos 12 meses, reflexo do comportamento positivo do comércio varejista ampliado (+14,3%), enquanto que a indústria recuou (-3,3%) e o setor de serviços (-1,0%) também retrocedeu na mesma base de comparação.

## 4 Produção Agropecuária

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a safra nacional de grãos deverá totalizar 227,9 milhões de toneladas em 2018, significando uma queda de 5,3% em relação à colheita obtida em 2017 (240,6 milhões de toneladas), implicando redução de 12,7 milhões de toneladas (Tabela 1).

A previsão é de declínio na produção de duas das principais culturas do País, a exemplo do milho (-15,9%) e arroz (-7,2%), enquanto que soja (+1,2%) deverá incrementar moderadamente a colheita. Os produtos citados representam, em conjunto, 92,8% da estimativa de produção e 86,9% da área a ser colhida com grãos, conforme especificado na Tabela 2.

O IBGE considera outras atividades além dos grãos. Parte desses produtos deverá obter expansão, mesmo partindo de uma produção significativa, a exemplo do café (+23,8%) e algodão (+23,0%).

Vale enfatizar que entre as regiões, a produção de grãos deverá apresentar variação positiva somente no Nordeste (+15,3%), tendo em vista que a regularidade de chuvas nessa Região tem favorecido o desenvolvimento das culturas. O Sul apresenta a maior variação negativa (-10,9%), seguida do Sudeste (-4,7%), Centro-Oeste (-4,6%) e Norte (-4,1%), conforme disposto na Tabela 1.

Apesar do incremento, o Nordeste (20,6 milhões de toneladas em 2018) segue como a quarta maior região produtora de grãos no País, próximo ao Sudeste que deverá obter 22,8 milhões de toneladas. O Centro-Oeste (101,1 milhões de toneladas) lidera por larga vantagem a produção de grãos no Brasil, seguido do Sul (77,8 milhões de toneladas). O Norte (8,5 milhões) permanece no quinto posto.

Cabe mencionar no Nordeste a expansão da produção das culturas: trigo (+400,0%), mamona (+107,6%), sorgo (+52,6%), algodão herbáceo (+32,9%), feijão (+28,3%), cacau (+23,1%), soja (14,3%) e milho (+12,5%), conforme especificado na Tabela 2.

A colheita de cana-de-açúcar deverá expandir 1,4% no Nordeste em 2018, representando acréscimo de 655 mil toneladas em comparação com a safra de 2017 (Tabela 2).

Dentre os estados do Nordeste, a estimativa é de crescimento de safra em 2018 em sete Unidades Federativas: Paraíba (+178,0%), com o maior nível de crescimento, seguido do Rio Grande do Norte (+155,4%), Pernambuco (+114,9%), Piauí (+20,2%), Maranhão (+18,9%), Bahia (+12,8%) e Ceará (+5,0%). Alagoas (-6,2%) e Sergipe (-18,5%) devem apresentar redução em suas respectivas colheitas.

Vale salientar que Bahia (9,1 milhões de toneladas), Maranhão (5,2 milhões de toneladas) e Piauí (4,4 milhões de toneladas) detêm 91,3% de participação da produção de grãos do Nordeste. Seguem Sergipe (697 mil toneladas), Ceará (554 mil toneladas), Pernambuco (255 mil toneladas), Paraíba (139 mil toneladas), Alagoas (101 mil toneladas) e Rio Grande do Norte (49 mil toneladas), vide Tabela 1.

Na Paraíba, a estimativa de crescimento na produção está sendo estimulada pela expansão do arroz (+207,0%), milho (+176,7%), feijão (+148,4%) e cana-de-açúcar (+5,6%). No Rio Grande do Norte, verifica-se aumento significativo das culturas do milho (+344,4%) e feijão (+138,1%). Em Pernambuco, as principais culturas com crescimento são milho (+148,3%), mandioca (+112,1%) e feijão (+91,9%).

Para o Piauí, terceiro maior produtor de grãos no Nordeste, as principais estimativas de acréscimo são para feijão (+56,0%), amendoim (+33,8%), algodão (+33,6%), milho (+24,6%) e

soja (+17,4%). Maranhão, segundo produtor de grãos no Nordeste, deverá incrementar a produção de soja (+24,0%) e cana-de-açúcar (+7,2%). Na Bahia, principal produtor de grãos no Nordeste, destacam-se os desempenhos dos seguintes produtos: algodão (+35,4%), cacau (+23,1%), milho (+18,7%) e café (+3,8%). No Ceará, deverá ocorrer incremento na colheita de milho (+6,5%).

Nos demais estados, mesmo com a redução na produção de grãos em 2018, alguns produtos devem apresentar expansão. Em Alagoas, projeta-se crescimento da safra de feijão (+89,4%) arroz (+48,2%) e laranja (+32,5%). Em Sergipe, deverá ocorrer avanço na produção de cana-de-açúcar (+17,0%), laranja (+8,2%) e mandioca (+2,2%).

**Tabela 1 - Safra de grãos no Brasil, Nordeste e estados selecionados em 2017 e 2018 - Em toneladas**

País/Região/Estado	Safra 2017	Part. (%) <sup>(1)</sup>	Safra 2018	Part. (%) <sup>(1)</sup>	Var. (%)
<b>Nordeste</b>	<b>17.868.701</b>	<b>7,4%</b>	<b>20.603.137</b>	<b>9,0%</b>	<b>15,3</b>
Bahia	8.078.077	45,2%	9.113.562	44,2%	12,8
Maranhão	4.427.217	24,8%	5.265.653	25,6%	18,9
Piauí	3.685.171	20,6%	4.427.989	21,5%	20,2
Sergipe	854.519	4,8%	696.626	3,4%	-18,5
Ceará	528.071	3,0%	554.490	2,7%	5,0
Pernambuco	118.693	0,7%	255.104	1,2%	114,9
Alagoas	107.418	0,6%	100.774	0,5%	-6,2
Paraíba	50.303	0,3%	139.818	0,7%	178,0
Rio Grande do Norte	19.234	0,1%	49.121	0,2%	155,4
<b>Sul</b>	<b>83.982.424</b>	<b>34,9%</b>	<b>74.834.975</b>	<b>32,8%</b>	<b>-10,9</b>
<b>Norte</b>	<b>8.904.031</b>	<b>3,7%</b>	<b>8.541.294</b>	<b>3,7%</b>	<b>-4,1</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>105.931.067</b>	<b>44,0%</b>	<b>101.097.330</b>	<b>44,4%</b>	<b>-4,6</b>
<b>Sudeste</b>	<b>23.918.522</b>	<b>9,9%</b>	<b>22.794.224</b>	<b>10,0%</b>	<b>-4,7</b>
<b>Brasil</b>	<b>240.604.746</b>	<b>100,0%</b>	<b>227.870.961</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,3</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e dos estados do Nordeste em relação a esta Região.

Tabela 2 - Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste em 2017 e 2018 - Em toneladas

Produto	Brasil		Var. (%)	Nordeste		Var. (%)
	Safra 2017	Safra 2018		Safra 2017	Safra 2018	
Cereais, leguminosas e oleaginosas	240.604.746	227.870.961	-5,3	17.868.701	20.603.137	15,3
Algodão herbáceo	3.838.785	4.720.332	23,0	940.946	1.250.317	32,9
Amendoim	541.178	553.400	2,3	10.758	11.500	6,9
Arroz	12.452.662	11.558.109	-7,2	453.037	495.470	9,4
Aveia	609.130	753.729	23,7	-	-	-
Centeio	6.959	7.755	11,4	-	-	-
Cevada	286.405	427.397	49,2	-	-	-
Feijão	3.291.312	3.388.558	3,0	630.282	808.501	28,3
Girassol	103.338	144.462	39,8	-	-	-
Mamona	11.834	24.629	108,1	10.984	22.799	107,6
Milho	99.546.028	83.713.895	-15,9	6.432.124	7.236.693	12,5
Soja	114.982.993	116.309.308	1,2	9.491.271	10.848.686	14,3
Sorgo	2.147.706	2.395.821	11,6	263.268	401.795	52,6
Trigo	4.241.602	5.668.546	33,6	3.000	1 000	400,0
Triticale	41.940	45.949	9,6	-	-	-
Banana	7.185.903	6.826.212	-5,0	2.381.001	2.154.682	-9,5
Batata	4.279.797	3.810.346	-11,0	266.713	211.837	-20,6
Cacau	214.348	232.747	8,6	83.869	103.218	23,1
Café	2.776.621	3.437.773	23,8	183.897	191.200	4,0
Cana-de-açúcar	687.809.933	691.436.412	0,5	48.367.207	49.022.426	1,4
Castanha-de-caju	134.580	132.604	-1,5	133.028	130.636	-1,8
Fumo	871.247	820.471	-5,8	16.173	21.399	32,3
Laranja	18.666.928	17.100.491	-8,4	1.609.058	1.507.486	-6,3
Mandioca	20.606.037	20.704.182	0,5	5.172.156	5.247.031	1,4
Tomate	4.373.047	4.526.369	3,5	526.530	585.102	11,1
Uva	1.680.020	1.386.579	-17,5	444.958	284.895	-36,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

## 5 Produção Industrial

Em junho, o crescimento de 13,1%, na produção da indústria nacional, eliminou a queda de 11,0%, ocorrida em maio, frente ao mês anterior, que refletiu a greve dos caminhoneiros. Ante junho de 2017, avançou 3,5%, após a queda de 6,6% do mês passado, que interrompeu 12 meses consecutivos de taxas positivas.

Apesar do forte recuo de maio, os índices foram positivos para o segundo trimestre de 2018 (+1,7%), para o acumulado do ano (+2,3%) e para o período de 12 meses (+3,2%). Contudo, mesmo retomando o comportamento positivo, a indústria ainda se encontra 13,7% abaixo do nível recorde de maio de 2011. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado acumulado para janeiro-junho de 2018 (+2,3%), em relação a igual período de 2017, repercute taxas positivas nas quatro grandes categorias econômicas, em 14 dos 26 ramos, 45 dos 79 grupos e 49,6% dos 805 produtos pesquisados.

Para todas as quatro grandes categorias econômicas (Gráfico 1), nos seis primeiros meses de 2018, o índice de produção superou o apresentado no mesmo período de 2017 e de 2016. Os bens de consumo duráveis se destacaram pelo aumento de 14,3%, em 2018, ante o avanço de 10,1% no 1º semestre de 2017 e o recuo de 22,2% no mesmo semestre em 2015.

Nesta categoria, o resultado de janeiro a junho foi impulsionado pela fabricação de eletrodomésticos da “linha marrom” (+27,9%) e automóveis (+15,6%). Já os bens de capital avançaram 9,5%, no 1º semestre de 2018, enquanto, em 2017, foi de +3,1% e -18,4% em 2016, para a mesma base de comparação. A expansão observada na categoria foi puxada pelos bens de capital para equipamentos de transporte (+18,2%).

Ainda no acumulado do ano, as grandes categorias bens intermediários (+0,9%) e bens de consumo semi e não duráveis (+0,7%), embora mais resistentes, também apresentaram evolução crescente, no entanto, com taxas positivas abaixo da magnitude observada na média nacional (+2,3%), ver Gráfico 1.

Em relação às seções, a indústria extrativa (-0,7%) apresentou decréscimo no primeiro semestre de 2018, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Por seu turno, a indústria de transformação (+2,8%) expandiu a produção. Entre as atividades, 14 em 26 ramos mostraram expansão, sendo veículos automotores, reboques e carrocerias (+18,3%) com a maior influência positiva para a indústria, no acumulado do ano.

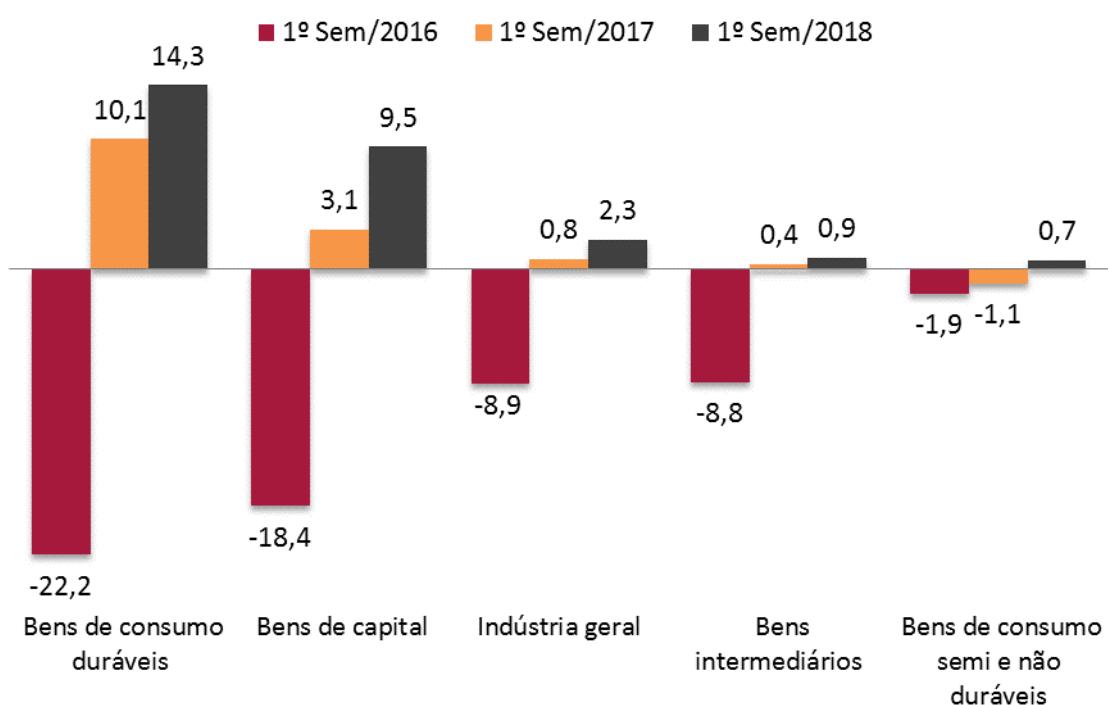
No mesmo período, outros resultados positivos relevantes para o total da indústria vieram das atividades equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+18,2%), metalurgia (+5,8%), máquinas e equipamentos (+4,3%), celulose, papel e produtos de papel (+4,2%), bebidas (+2,7%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+3,6%), produtos de borracha e de material plástico (+2,4%) coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+0,9%). E, entre as 12 atividades que decresceram, seguem os principais resultados negativos: artigos para viagem e calçados e couro (-5,0%); outros produtos químicos (-2,8%); indústrias extractivas (-0,7%); e produtos alimentícios (-0,6%), vide Gráfico 2.

A reversão da atividade industrial do mês de junho, recuperando, em grande parte, as perdas do mês anterior, também foi apontada pela pesquisa Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Conforme esses dados, em junho, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) alcançou 66%, 3 pontos percentuais acima da registrada em maio. Neste patamar, retomou o nível registrado em março e abril deste ano, ou seja, antes da greve dos caminhoneiros e, além disso, se configurou no percentual mais elevado para o

mês, dos últimos quatro anos. Dentre os problemas enfrentados pelo setor, durante o segundo trimestre de 2018, destacaram-se: a elevada carga tributária e a falta de demanda, no topo das reclamações. Mas os impactos da paralisação foram sentidos: a falta ou alto custo de matéria-prima manteve-se no terceiro lugar (quarto aumento trimestral consecutivo) e a dificuldade na logística de transporte passou da 9<sup>a</sup> para a 4<sup>a</sup> posição no ranking.

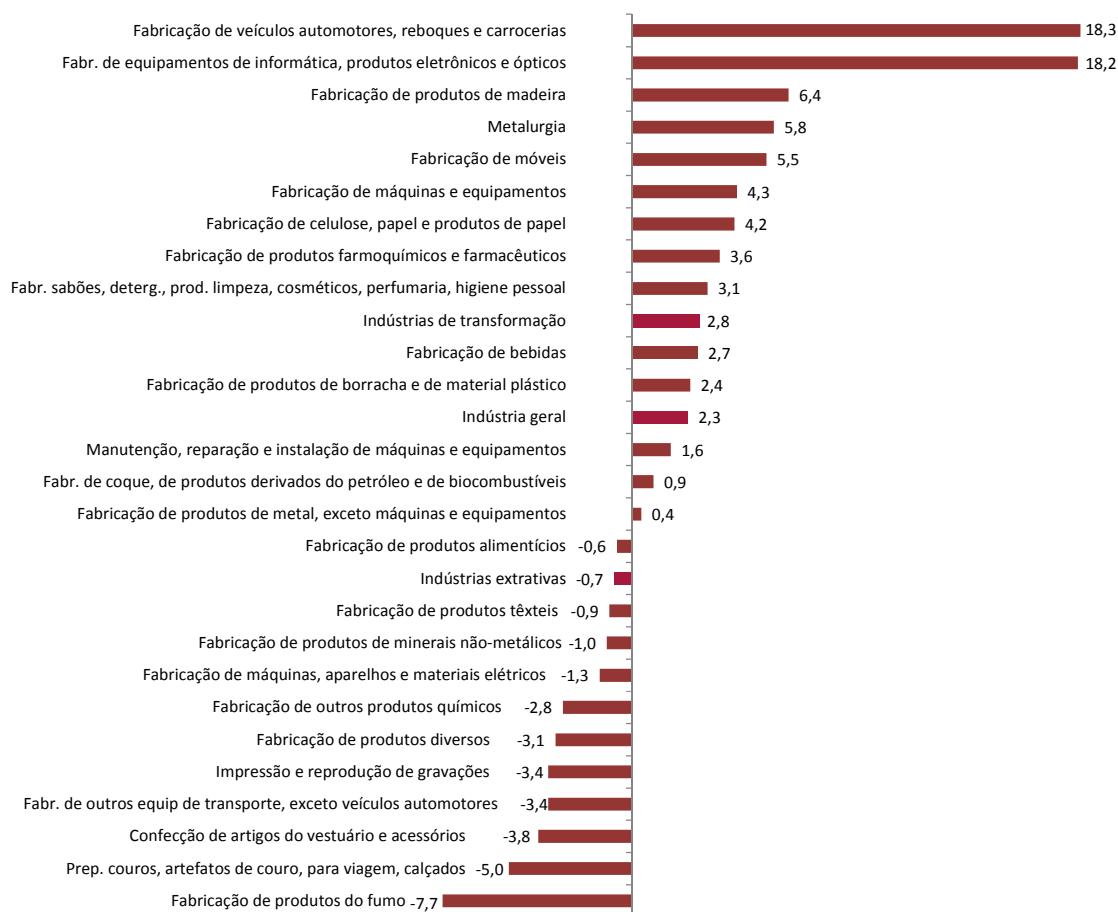
Assim, apesar da melhoria no ritmo da produção industrial observada em junho, as projeções para o fechamento de 2018 estão sendo revisadas com tendência de baixa. O Boletim Focus, do Banco Central, reduziu sua estimativa de 2,91%, na última semana de julho, para 2,61% no quarto relatório de agosto.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil - 1<sup>º</sup>s semestres de 2016, 2017 e 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil - Acumulado jan-jun/2018



Fonte: Elaboração BNB / ETENE, com dados do IBGE.

O nível de atividade industrial no Nordeste apresentou taxa positiva em junho (12,3%), após a forte queda influenciada pela paralisação dos caminhoneiros, no mês de maio (-11,0% e -10,8%, respectivamente). Em relação a junho de 2017, a indústria regional assinalou elevação de 6,6%, ante um crescimento de 3,5% na média do País.

Contudo, as taxas acumuladas do 2º trimestre de 2018 (-0,4%), bem como do 1º semestre (-0,3%), na Região, foram na contramão da recuperação nacional (+1,7% e +2,3%, respectivamente). A taxa anualizada de junho, embora positiva, foi menor no Nordeste (+0,3%) em comparação com o Brasil (+3,2%), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A observação da produção em bases semestrais aponta para menor dinamismo no Nordeste (-0,3%), em relação ao País (+2,3%). Na comparação entre os 1ºs semestres de 2015 a 2018, o Gráfico 3 mostra que a taxa de crescimento da indústria da Região saiu de -3,0% para -0,3%, enquanto, na média brasileira, em ritmo mais acelerado, foi de -6,0% para +2,3%. De qualquer forma, este foi o melhor 1º semestre dos últimos quatro anos.

Dentre os estados da Região divulgados pela pesquisa do IBGE, Pernambuco se destacou pelas taxas positivas em todas as bases de comparação. Assinalou o melhor desempenho no acumulado de janeiro a junho de 2018 (+3,4%), após recuo de 17,4% no mesmo período de 2016 e avanço de 1,2% em 2017 (Gráfico 3). No mês de junho, aumentou a produção em

relação a maio (+13,5%); frente a junho de 2017 (+10,0%), e no 2º trimestre de 2018 (+6,0%). A taxa anualizada tornou-se positiva (+0,6%), após seis meses de registros negativos consecutivos, neste tipo de comparação.

A indústria da Bahia tem apresentado forte oscilação na comparação semestral (Gráfico 3). Saiu de -6,6% no acumulado de janeiro a junho de 2017 para +0,4% no 1º semestre de 2018. No geral, em junho, a Bahia apresentou resultados favoráveis: +11,6%, frente ao mês anterior; +9,0%, ante junho de 2017 e ganhou dinamismo na taxa anualizada (de +0,2%, em maio, para +1,8%, em junho), apesar do recuo na comparação relativa ao 2º trimestre de 2018 (-0,5%).

Mais impactado pelo protesto que parou os transportes rodoviários, o Ceará (Gráfico 3) teve perda de ritmo no 1º semestre de 2018 (+0,3%), se comparado a igual período de 2017 (+0,7%). Houve crescimento em junho (+6,8%), frente a maio, mas queda em relação a junho de 2017 (-3,6%) e no 2º trimestre (-2,9%). Também perdeu dinamismo em 12 meses, saindo de +3,0% para +2,3%, na passagem de maio para junho.

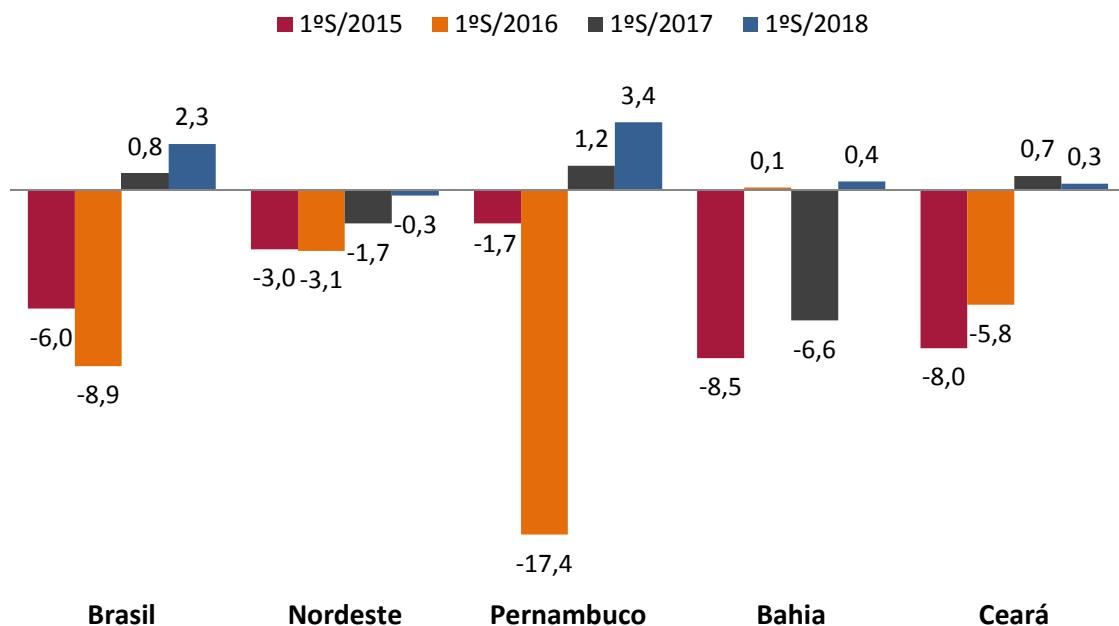
No Nordeste, a taxa acumulada de janeiro a junho de 2018 (-0,3%) registrou aumento da produção em 6 das 15 atividades pesquisadas pelo IBGE (Gráfico 2). As principais influências positivas foram: veículos (+24,3%); produtos de metal (+12,6%); metalurgia (+5,2%) e produtos alimentícios (+4,4%). No entanto, apontaram recuo mais intenso em: produtos químicos (-9,2%); máquinas e aparelhos elétricos (-8,2%); couro, artigos p/viagem e calçados (-7,5%); indústria extrativa (-6,8%); coque e derivados do petróleo (-5,9%); produtos têxteis (-5,8%) e produtos minerais não metálicos (-5,3%).

Em Pernambuco (+3,4%), nove atividades cresceram: produtos de metal (+42,7%); máquinas e aparelhos elétricos (+12,1%); equipamentos de transporte (+7,4%); produtos de limpeza e de higiene pessoal (+7,0%); bebidas (+3,6%); minerais não metálicos (+3,4%); alimentos (+2,9%); produtos de borracha e de material plástico (+1,2%) e celulose e papel (+0,6%). Contudo, três atividades apresentaram taxas negativas no primeiro semestre de 2018: produtos químicos (-16,6%), metalurgia (-6,5%) e produtos têxteis (-4,0%).

Na Bahia (2,3%), foram cinco atividades que cresceram: equipamentos de informática (+41,3%); veículos (+22,1%); bebidas (+12,6%); metalurgia (+6,2%) e alimentos (+5,1%). Por outro lado, sete atividades declinaram: produtos minerais não metálicos (-12,1%); artigos p/ viagem e calçados (-11,0%); produtos químicos (-8,3%); produtos de borracha e de material plástico (-4,6%); coque e derivados do petróleo (-3,7%); celulose e papel (-1,2%) e indústria extrativa (-0,5%).

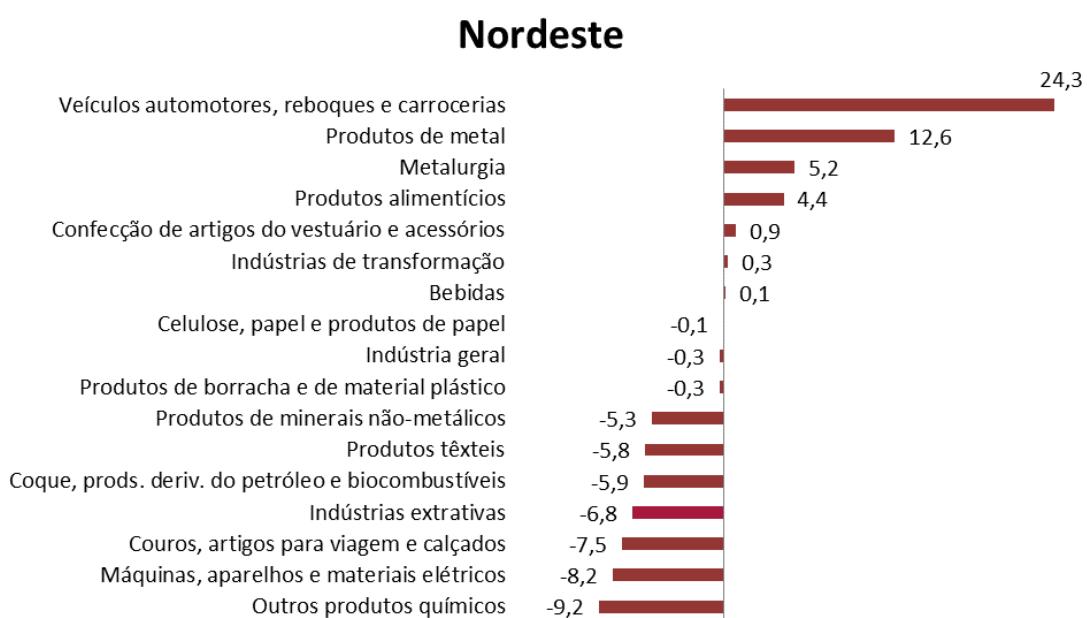
No Ceará (+0,3%), verificou-se crescimento em cinco das 11 atividades pesquisadas: produtos de metal (+61,0%); coque e derivados do petróleo (+15,7%); bebidas (+7,5%); produtos químicos (+7,2%); máquinas e aparelhos elétricos (+4,2%). Por outro lado, apontaram recuo: artigos de vestuário e acessórios (-6,9%); artigos de viagem e calçados (-3,8%); produtos minerais não metálicos (-3,7%); produtos alimentícios (-1,1%); produtos têxteis (-1,0%); e metalurgia (-0,5%), na mesma base de comparação, Gráfico 4.

Gráfico 3 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil, Nordeste e Estados selecionados - 1ºs semestres de 2015 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

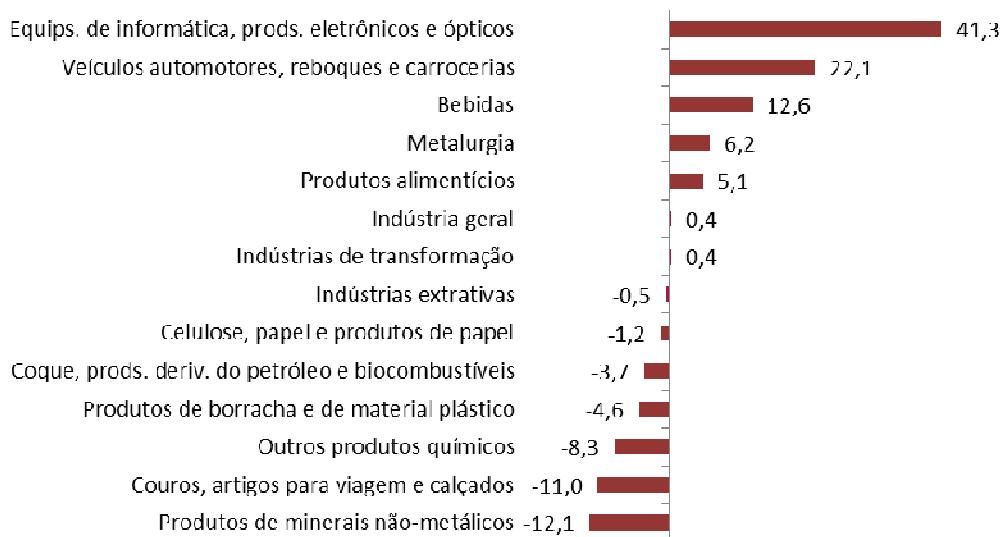
Gráfico 4 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Nordeste, Bahia, Ceará e Pernambuco - Acumulado jan-jun/2018



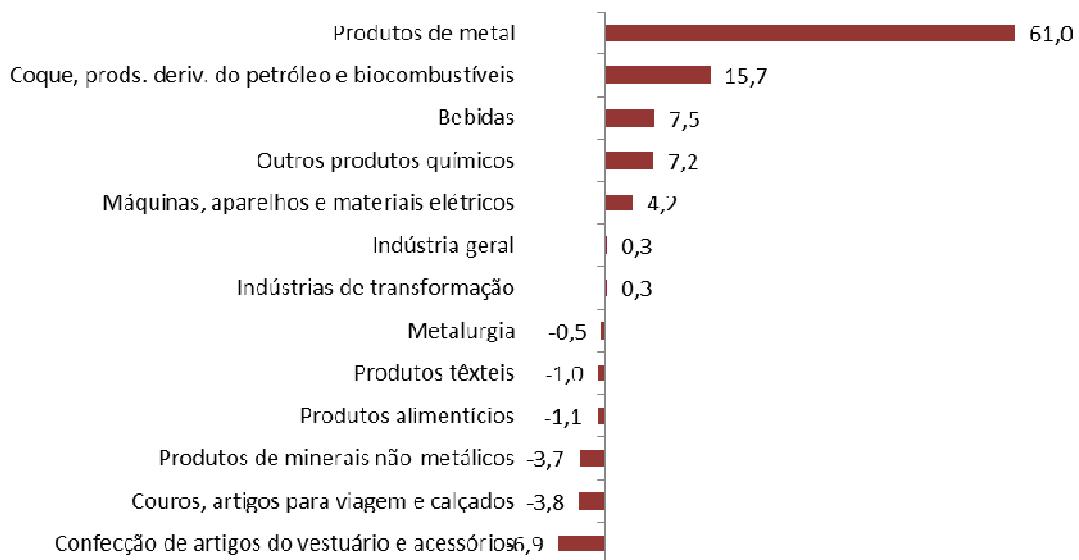
## Pernambuco



## Bahia



## Ceará



Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com dados do IBGE.

## 6 Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o volume de serviços no Brasil subiu 6,6% em junho, recuperando-se da queda de 5,0% registrada em maio. Com isso, houve redução no ritmo de queda do acumulado em 2018, que passou de -1,3% em maio para -0,9% em junho (Gráfico 1). O acumulado nos últimos doze meses passou de -1,6% em maio para -1,2% em junho.

Entre os cinco grupos pesquisados, os únicos a registrarem acréscimo foram: outros serviços (+2,5%), que inclui atividades imobiliárias; e transportes (+0,7%). Em contraposição, serviços profissionais (-2,1%); serviços prestados às famílias (-2,0%), que está associado ao consumo; e serviços de informação (-2,0%) declinaram no período em análise (Gráfico 1).

Quanto às subatividades, destacaram-se positivamente: transporte terrestre (+1,0%), serviços técnico-profissionais (+0,6%) e transporte aéreo (+0,3%). Em contraste, outros serviços prestados às famílias (-5,9%), serviços administrativos (-3,0%) e serviços audiovisuais (-2,6%) diminuíram de forma expressiva no acumulado de 2018, como mostra a Tabela 1.

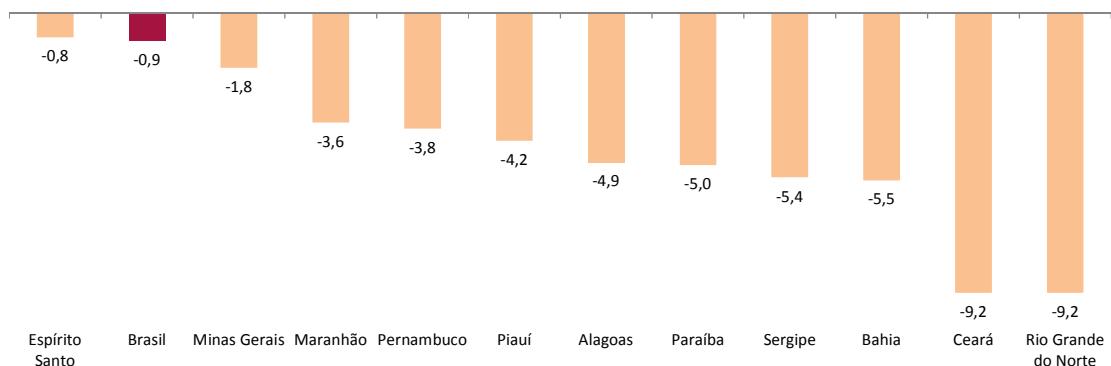
O volume de serviços caiu em todos os estados da área de atuação do Banco do Nordeste: Rio Grande do Norte (-9,2%), Ceará (-9,2%), Bahia (-5,5%), Sergipe (-5,4%), Paraíba (-5,0%), Alagoas (-4,9%), Piauí (-4,2%), Pernambuco (-3,8%), Maranhão (-3,6%), Minas Gerais (-1,8%) e Espírito Santo (-0,8%), como demonstra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor de serviços para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No caso do Ceará, apenas a atividade de serviços prestados às famílias (+2,9%) obteve crescimento de janeiro a junho de 2018. Os declínios mais expressivos ficaram por conta de outros serviços (-25,6%), serviços profissionais (-14,9%) e serviços de informação e comunicação (-6,8%).

Em Pernambuco, apenas transportes (+2,9%) e serviços prestados às famílias (+0,5%) cresceram, enquanto que serviços profissionais (-12,4%), serviços de informação (-6,0%) e outros serviços (-5,6%) registraram quedas expressivas. Na Bahia, todas as atividades retraíram-se, de tal forma que serviços de informação (-14,2%), outros serviços (-8,9%) e serviços prestados às famílias (-6,1%) apresentaram as maiores quedas.

Em Minas Gerais, transporte (+5,5%) foi a única categoria a registrar alta no primeiro semestre do ano. Em contraste, serviços de informação e comunicação (-7,2%) e serviços profissionais (-4,6%) apresentaram os decréscimos mais acentuados. No Espírito Santo, outros serviços (+4,4%), transporte (+3,6%) e serviços prestados às famílias (+0,6%) apresentaram desempenho favorável, enquanto os serviços de informação (-7,0%) registraram o maior declínio (Tabela 1).

De acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), os serviços permanecem com maior dificuldade de recuperação e, portanto, não obterão resultado positivo em 2018. A previsão é de declínio de 0,5% no volume de serviços no corrente ano. Registre-se que o setor apresentou retração acumulada de 11,8% nos últimos três anos. Ainda segundo a CNC, é importante ressaltar que a retomada dos investimentos no setor de serviços está sendo afetada pelas incertezas do cenário econômico.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de serviços- Brasil e estados selecionados <sup>(1)</sup>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro a junho de 2018.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e estados selecionados <sup>(1)</sup>

Atividades e subatividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
<b>Serviços prestados às famílias</b>	<b>-2,0</b>	<b>2,9</b>	<b>0,5</b>	<b>-6,1</b>	<b>-3,3</b>	<b>0,6</b>
Serviços de alojamento e alimentação	-1,2	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-5,9	-	-	-	-	-
<b>Serviços de informação e comunicação</b>	<b>-2,0</b>	<b>-6,8</b>	<b>-6,0</b>	<b>-14,2</b>	<b>-7,2</b>	<b>-7,0</b>
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-2,0	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-2,6	-	-	-	-	-
<b>Serviços profissionais, administrativos e complementares</b>	<b>-2,1</b>	<b>-14,9</b>	<b>-12,4</b>	<b>-1,8</b>	<b>-4,6</b>	<b>-4,7</b>
Serviços técnico-profissionais	0,6	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-3,0	-	-	-	-	-
<b>Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio</b>	<b>0,7</b>	<b>-5,8</b>	<b>2,9</b>	<b>-0,9</b>	<b>5,5</b>	<b>3,6</b>
Transporte terrestre	1,0	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	0,2	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	0,3	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,2	-	-	-	-	-
<b>Outros serviços</b>	<b>2,7</b>	<b>-25,6</b>	<b>-5,6</b>	<b>-8,9</b>	<b>-2,1</b>	<b>4,4</b>
<b>Total</b>	<b>-0,9</b>	<b>-9,2</b>	<b>-3,8</b>	<b>-5,5</b>	<b>-1,8</b>	<b>-0,8</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro a junho de 2018. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

## 7 Comércio Varejista

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo restrito nacional registrou crescimento de 2,9% no acumulado dos seis primeiros meses de 2018. O comércio ampliado, que inclui o varejo restrito, a comercialização de veículos e de material de construção, expandiu 5,8%, nessa mesma base de comparação (Gráfico 1).

Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas, seis apresentaram crescimento de janeiro a junho de 2018, com destaque para: veículos, motocicletas, partes e peças (+16,4%), outros artigos de uso pessoal (+7,9%) e artigos farmacêuticos (+5,6%). Em contraposição, livros, jornais e revistas (-8,8%), combustíveis e lubrificantes (-6,0%) e tecidos, vestuários e calçados (-3,5%) declinaram no período estudado, conforme os dados especificados na Tabela 1.

Quanto aos estados, o varejo restrito seguiu trajetória ascendente, no acumulado de 2018, no Rio Grande do Norte (+9,9%), Espírito Santo (+8,1%), Maranhão (+6,3%), Piauí (+3,8%) e Ceará (+3,5%), todos com desempenho acima da média nacional (+2,9%). Paraíba (+2,1%), Minas Gerais (+2,0%), Alagoas (+0,8%) e Sergipe (+0,4%) também expandiram as vendas. Por outro lado, Bahia (-0,5%) e Pernambuco (-1,3%) registraram queda, como demonstra o Gráfico 1.

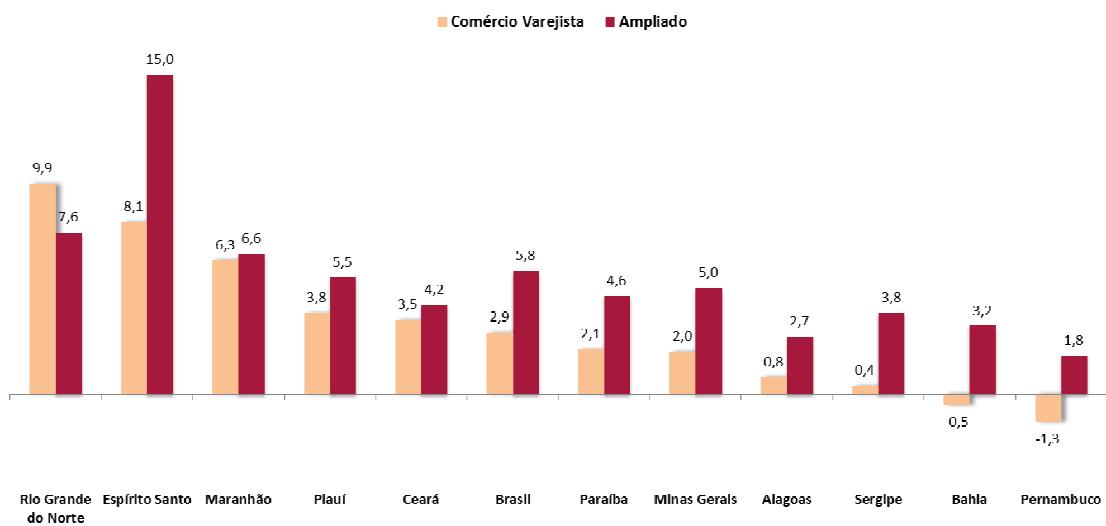
Em relação ao varejo ampliado, Espírito Santo (+15,0%), Rio Grande do Norte (+7,6%) e Maranhão (+6,6%) apresentaram crescimento acima da média nacional (+5,8%) no primeiro semestre do ano corrente. Piauí (+5,5%), Minas Gerais (+5,0%), Paraíba (+4,6%), Ceará (+4,2%), Sergipe (+3,8%), Bahia (+3,2%), Alagoas (+2,7%) e Pernambuco (+1,8%) expandiram as vendas do varejo ampliado no período estudado, como mostra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor comercial para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, a venda de materiais para escritório (+13,0%), artigos de uso pessoal (+13,0%) e veículos, motocicletas, partes e peças (+9,8%) apresentaram destacada expansão. Em Pernambuco, cabe mencionar: veículos, motocicletas e partes (+12,7%), materiais para escritório (+6,1%) e hiper e supermercados (+3,2%).

Na Bahia, a maior alta verificou-se em materiais para escritório (+14,8%), seguindo-se veículos, motocicletas e partes (+13,8%) e artigos de uso pessoal (+13,0%). Em Minas Gerais, a atividade mais destacada foi veículos, motocicletas e partes (+24,3%), e na sequência materiais para escritório (+13,2%) e hipermercados e supermercados (+10,7%). No Espírito Santo, a comercialização de móveis e eletrodomésticos (+28,8%), veículos, motocicletas e partes (+28,1%), e equipamentos e materiais para escritório (+13,8%) sobressaíram-se. Os dados para os cinco estados mencionados estão especificados na Tabela 1.

De acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), as vendas no primeiro semestre do corrente ano obtiveram o melhor resultado desde 2012. Contudo, a tendência é de que o ritmo de crescimento do varejo diminua no segundo semestre de 2018. Segundo a CNI, referida tendência ocorre em virtude da lenta recuperação do mercado de trabalho no País, considerando a desvalorização da moeda da nacional e as pressões de custos impostas pelo crescimento de preços administrados, além das incertezas do cenário macroeconômico. Diante disso, a CNI reduziu a previsão de crescimento do varejo ampliado no País para 4,5% em 2018, ante a estimativa de 4,8% divulgada há um mês.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados - Acumulado no primeiro semestre de 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados - Acumulado no primeiro semestre de 2018

Comércio e Atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
<b>Varejo Restrito</b>	<b>2,9</b>	<b>3,5</b>	<b>-1,3</b>	<b>-0,5</b>	<b>2,0</b>	<b>8,1</b>
Combustíveis e lubrificantes	-6,0	-3,4	-4,3	-14,0	-13,8	-1,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,4	4,6	2,2	-2,2	9,9	6,5
Hipermercados e supermercados	5,6	4,4	3,2	0,9	10,7	6,8
Tecidos, vestuários e calçados	-3,5	-2,0	-13,2	-5,0	1,4	-0,2
Móveis e eletrodomésticos	0,6	2,3	3,1	3,4	-13,7	28,9
Móveis	-3,2	3,6	13,5	-2,7	-15,3	18,2
Eletrodomésticos	3,5	3,0	0,6	7,5	-14,0	36,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,6	1,0	-3,1	10,9	4,2	15,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	-8,8	-12,3	-18,8	8,6	-2,5	-4,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-0,5	13,0	6,1	14,8	13,2	13,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,9	13,0	2,5	13,0	-3,7	-1,2
<b>Varejo Ampliado</b>	<b>5,8</b>	<b>4,2</b>	<b>1,8</b>	<b>3,2</b>	<b>5,0</b>	<b>15,0</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	16,4	9,8	12,7	13,8	24,3	28,1
Material de construção	4,8	-5,4	-0,2	4,1	2,5	3,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

## 8 Turismo

De acordo com dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), que é responsável pela administração de 13 aeroportos no Nordeste, além dos aeroportos privados de Fortaleza, Salvador e Natal, a atividade turística na Região, em comparação com igual período do ano anterior, registrou moderada alta nos seis primeiros meses de 2018.

Mais especificamente, a movimentação de aeronaves, que considera o total dos poucos e decolagens, obteve variação positiva de 2,9%, finalizando o período com um fluxo de 167.735 aeronaves, enquanto que o movimento de passageiros, que leva em conta os embarques e desembarques, registrou acréscimo de 1,8%, significando que, aproximadamente, 16,3 milhões de pessoas utilizaram os aeroportos do Nordeste. Desse total, apenas 3,8% correspondiam a viagens internacionais (Tabela 1).

Nessa base de comparação, os estados que apresentaram os maiores crescimentos quanto à movimentação de aeronaves foram: Pernambuco (+8,1%), com 41.565 poucos e decolagens no primeiro semestre de 2018; Bahia (+5,5%), com movimento de 44.361 aeronaves; e Alagoas (+5,5%), com total de 9.041 aviões. Em contraste, Sergipe (-9,8%), Maranhão (-9,3%) e Piauí (-5,0%) obtiveram as maiores quedas percentuais e fecharam os seis primeiros meses de 2018 registrando 5.783, 11.279 e 7.627 poucos e decolagens, respectivamente, como mostra a Tabela 1.

No tocante à movimentação de passageiros, destacaram-se Pernambuco (+4,9%), que fechou o primeiro semestre de 2018 com movimentação de 4.178.572 pessoas; Alagoas (+7,3%), que registrou 1.055.279 embarques e desembarques; e Bahia (+3,7%), com movimento total de 4.181.007 passageiros. Em contraposição, Paraíba (-22,8%), Piauí (-12,0%) e Maranhão (-5,3%) seguiram trajetória descendente, registrando movimentação de 578.501, 480.079 e 858.227 pessoas, respectivamente (Tabela 1).

Quanto aos aeroportos no Nordeste, sete dos dezesseis que compõem a base de dados apresentaram crescimento no movimento de aeronaves, sendo Recife (+9,2%), Salvador (+6,4%), Fortaleza (+4,7%), Maceió (+4,5%) e Parnaíba (+4,5%), os mais destacados em termos de crescimento. Nessa variável, as maiores retraições percentuais ficaram por conta dos aeroportos de Imperatriz (-12,8%), Paulo Afonso (-11,0%), Aracaju (-9,8%), São Luís (-8,2%) e Teresina (-5,9%), como demonstra a Tabela 2.

Ainda em relação aos aeroportos, metade dos analisados obteve incremento na movimentação de passageiros no acumulado de 2018, com destaque para os situados em Campina Grande (+18,9%), Paulo Afonso (+10,0%), Recife (+9,5%), Ilhéus (+7,4%) e Maceió (+7,3%). Por outro lado, o total de embarques e desembarques caiu intensivamente em João Pessoa (-27,1%), Imperatriz (-12,6%), Teresina (-12,1%), Parnaíba (-8,5%) e Aracaju (-4,9%) (Tabela 2).

Segundo os dados coletados, consta que Bahia, Ceará e Pernambuco, que obtiveram resultados positivos, foram responsáveis por 71,0% do fluxo de passageiros e 69,4% dos poucos e decolagens no Nordeste, no primeiro semestre de 2018. Assim, referidos estados contribuíram pela recuperação do turismo na Região. Vale ressaltar, contudo, que a média mensal de embarques e desembarques em 2018 (2,71 milhões por mês) ficou abaixo da média para 2017 (2,76 milhões por mês). Porém, a expectativa é de expansão da movimentação turística visto que, em razão de fatores sazonais, o segundo semestre normalmente tem movimentação maior que o primeiro. É importante registrar que o fluxo de aeronaves e passageiros é usualmente utilizada como uma aproximação da movimentação turística.

Tabela 1 - Movimento de aeronaves e passageiros - Nordeste e estados

Estado/Região	Aeronaves <sup>(1)</sup>			Passageiros <sup>(2)</sup>		
	Jan-Jun/2017	Jan-Jun/2018	Var. %	Jan-Jun/2017	Jan-Jun/2018	Var. %
Bahia	42.058	44.361	5,5	4.032.934	4.181.007	3,7
Pernambuco	38.467	41.565	8,1	3.833.473	4.178.572	9,0
Ceará	29.346	30.470	3,8	3.095.880	3.178.026	2,7
Rio Grande do Norte	9.546	9.121	-4,5	1.217.956	1.169.497	-4,0
Alagoas	8.653	9.041	4,5	983.686	1.055.279	7,3
Maranhão	12.429	11.279	-9,3	906.035	858.227	-5,3
Paraíba	8.133	8.488	4,4	749.713	578.501	-22,8
Sergipe	6.408	5.783	-9,8	603.999	574.344	-4,9
Piauí	8.029	7.627	-5,0	545.771	480.079	-12,0
<b>Nordeste</b>	<b>163.069</b>	<b>167.735</b>	<b>2,9</b>	<b>15.969.447</b>	<b>16.253.532</b>	<b>1,8</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Notas: (1) Pousos e decolagens. (2) Embarques e desembarques

Tabela 2 - Movimento de aeronaves e passageiros - Principais aeroportos do Nordeste

Aeroporto	Aeronaves <sup>(1)</sup>			Passageiros <sup>(2)</sup>		
	Jan-Jun/2017	Jan-Jun/2018	Var. %	Jan-Jun/2017	Jan-Jun/2018	Var. %
Recife	35.432	38.695	9,2	3.595.671	3.937.809	9,5
Salvador	37.137	39.512	6,4	3.733.970	3.859.797	3,4
Fortaleza	25.132	26.310	4,7	2.825.807	2.919.730	3,3
Natal	9.546	9.121	-4,5	1.217.956	1.169.497	-4,0
Maceió	8.653	9.041	4,5	983.686	1.055.279	7,3
São Luís	9.616	8.825	-8,2	759.899	730.502	-3,9
Aracaju	6.408	5.783	-9,8	603.999	574.344	-4,9
João Pessoa	6.534	6.824	4,4	679.737	495.332	-27,1
Teresina	7.368	6.936	-5,9	539.841	474.652	-12,1
Ilhéus	4.495	4.470	-0,6	293.004	314.654	7,4
Juazeiro do Norte	4.214	4.160	-1,3	270.073	258.296	-4,4
Petrolina	3.035	2.870	-5,4	237.802	240.763	1,2
Imperatriz	2.813	2.454	-12,8	146.136	127.725	-12,6
Campina Grande	1.599	1.664	4,1	69.976	83.169	18,9
Paulo Afonso	426	379	-11,0	5.960	6.556	10,0
Parnaíba	661	691	4,5	5.930	5.427	-8,5
<b>Nordeste</b>	<b>163.069</b>	<b>167.735</b>	<b>2,9</b>	<b>15.969.447</b>	<b>16.253.532</b>	<b>1,8</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Infraero e aeroportos privados.

Notas: (1) Pousos e decolagens. (2) Embarques e desembarques

## 9 Mercado de Trabalho

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Brasil gerou 392.461 postos de emprego com carteira assinada nos seis primeiros meses de 2018. O resultado deriva dos 7.876.140 admitidos e dos 7.483.679 demitidos, configurando crescimento de 1,04% em relação a dezembro de 2017. No acumulado dos últimos 12 meses, houve acréscimo de 0,74%, expansão de 280.093 empregos no período.

Em termos setoriais, os dados revelam que, em sete dos oito setores das atividades econômicas pesquisados, houve expansão no nível de emprego no País, no acumulado de janeiro a junho de 2018. Destacam-se por ordem de importância: Serviços (+279.130), que apresentou crescimento do emprego formal em todos os seis subsetores; Indústria de Transformação (+75.726), com crescimento em 10 dos 12 subsetores, com destaque para a Indústria Química (+20.144) e a Indústria de Borracha, Fumo e Couros (+17.351); Agricultura (+70.334); Construção Civil (+42.521); Administração Pública (+13.578); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+4.842) e Extrativa Mineral (+1.169). No entanto, Comércio (-94.839) foi o único setor a finalizar o primeiro semestre de 2018 com redução no nível de emprego formal, puxado pelo Comércio Varejista (-102.765), enquanto o Comércio Atacadista (+7.926) registrou saldo positivo para o mesmo período em análise (Tabela 1).

Na mesma base de comparação, verificou-se que as Regiões Sudeste (+239.272 postos), Sul (+91.885 postos), Centro-Oeste (+74.041 postos) e Norte (+6.167 postos) apresentaram expansão do nível de emprego formal. Por sua vez, o Nordeste (-18.904 postos) registrou saldo negativo no mesmo período comparativo.

De janeiro a junho de 2018, o Nordeste gerou 1.020.687 postos de trabalho, no entanto, desligou 1.039.591 postos, apresentando redução de 0,30% em relação ao estoque de 2017. No Gráfico 1, verificam-se os saldos para os três anos anteriores: eliminação de 15.917 postos em 2017; 242.659 postos em 2016 e 251.260 postos em 2015. É importante frisar que, somando os três últimos anos, o Nordeste perdeu 509.836 empregos com carteira assinada, conforme dados do Gráfico 1 e Tabela 2.

Setorialmente, entre janeiro e junho de 2018, dentre as oito atividades, cinco apresentaram geração de novos empregos na Região. Serviço foi a atividade que mais gerou postos de trabalho, com criação de 36.254 postos, seguido pela Construção Civil (+2.399), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+2.132), Administração Pública (+2.013) e Extrativa Mineral (+379). Todavia, Indústria de Transformação (-39.802), Comércio (-14.947) e Agropecuária (-7.332) puxaram para baixo o resultado de saldo negativo para a Região no primeiro semestre de 2018.

Serviços foi o principal destaque na geração de empregos celetistas no Nordeste nos seis primeiros meses de 2018, apresentando 429.668 admissões e 393.414 desligamentos. Verificou-se, ainda, expansão em cinco das seis subatividades, resultado impulsionado, principalmente: pelo Ensino (geração de 13.179 postos na Região, com destaque para 4.777 na Bahia; 1.996 no Ceará e 1.792 em Pernambuco); por Serviços médicos, odontológicos e veterinários (saldo positivo de 9.671 postos no conjunto dos nove estados, sendo 2.585 na Bahia, 1.956 no Ceará e 1.785 em Pernambuco) e Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos (criação de 8.626 vagas no Nordeste, com destaque na formação de 3.132 postos no Ceará, 2.534 em Alagoas, 1.934 no Maranhão, 1.730 na Paraíba e 1.022 no Rio Grande do Norte).

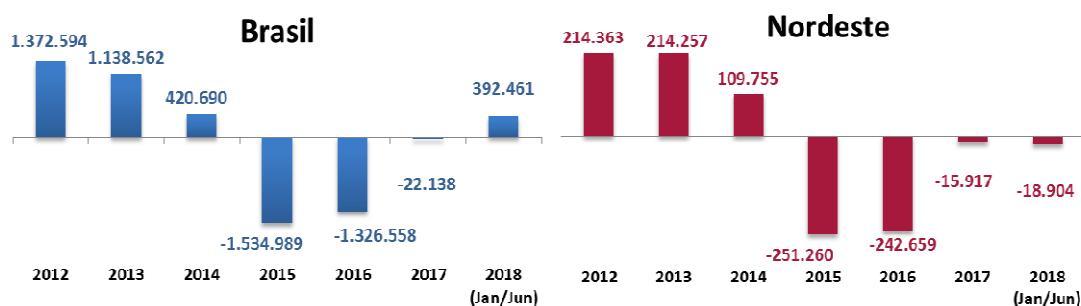
Tabela 1 - Movimentação de admitidos e desligados no Brasil, por atividade econômica

SETORES	Jan - Jun/2018				Últimos Doze Meses (Jul/17 a Jun/18)			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Serviços	3.327.937	3.048.807	279.130	1,67	6.240.344	5.996.567	243.777	1,45
Indústria de Transformação	1.331.233	1.255.507	75.726	1,05	2.474.859	2.450.254	24.605	0,34
Agropecuária	555.562	485.228	70.334	4,51	973.258	987.597	-14.339	-0,87
Construção Civil	700.564	658.043	42.521	2,12	1.341.574	1.371.731	-30.157	-1,45
Administração Pública	42.073	28.495	13.578	1,76	64.779	70.982	-6.203	-0,78
S. I. U. P	41.193	36.351	4.842	1,20	71.824	72.598	-774	-0,19
Extrativa Mineral	18.790	17.621	1.169	0,62	33.098	36.507	-3.409	-1,76
Comércio	1.858.788	1.953.627	-94.839	-1,05	3.773.996	3.707.403	66.593	0,75
<b>Brasil</b>	<b>7.876.140</b>	<b>7.483.679</b>	<b>392.461</b>		<b>1.04</b>	<b>14.973.732</b>	<b>14.693.639</b>	<b>280.093</b>
								<b>0,74</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública

Gráfico 1 - Evolução do saldo de empregos formais no Brasil e Nordeste- 2012 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Tabela 2 - Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica no Nordeste

SETORES	Jan - Jun/2018				Últimos Doze Meses (Jul/17 a Jun/18)			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Serviços	429.668	393.414	36.254	1,34	820.620	776.548	44.072	1,63
Construção Civil	124.756	122.357	2.399	0,58	248.309	252.766	-4.457	-1,06
S. I. U. P	9.581	7.449	2.132	2,52	16.520	14.218	2.302	2,75
Administração Pública	4.526	2.513	2.013	1,14	7.721	7.212	509	0,28
Extrativa Mineral	3.134	2.755	379	1,16	5.948	5.576	372	1,14
Agropecuária	68.377	75.709	-7.332	-2,83	152.932	149.512	3.420	1,38
Comércio	245.278	260.225	-14.947	-0,95	507.602	497.304	10.298	0,67
Indústria de Transformação	135.367	175.169	-39.802	-4,12	308.910	310.659	-1.749	-0,18
<b>Nordeste</b>	<b>1.020.687</b>	<b>1.039.591</b>	<b>-18.904</b>		<b>-0,30</b>	<b>2.068.562</b>	<b>2.013.795</b>	<b>54.767</b>
								<b>0,89</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Das nove Unidades Federativas do Nordeste, apenas quatro apresentaram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada, proporcionando em conjunto 39.593 novos postos de emprego nos primeiros seis meses de 2018. No mesmo período, no entanto, o Nordeste apresentou redução de 18.904 postos de trabalho. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), compilados pelo Ministério do Trabalho.

Bahia (+20.433), Ceará (+9.473), Maranhão (+6.975) e Piauí (+2.712) finalizaram os seis primeiros meses de 2018 com saldo positivo. No entanto, no mesmo período, Alagoas (-24.266), Pernambuco (-20.295), Paraíba (-6.163), Rio Grande do Norte (-4.234) e Sergipe (-3.539) reduziram o nível de empregos celetistas, impactando, assim, no saldo da Região, Tabela 3.

No acumulado até junho de 2018, a Bahia (20.433 postos) foi o Estado que mais gerou empregos na Região, sendo ainda o oitavo no País. As atividades econômicas responsáveis pelo desempenho do mercado de trabalho formal nesse Estado foram: Serviços (+8.664), Agropecuária (+8.380), Indústria de Transformação (+2.749), Administração Pública (+1.846), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.009), Construção Civil (+889) e Extrativa Mineral (+357). Comércio foi a única atividade que perdeu postos de trabalhos, redução de 3.461 empregos.

Ceará gerou 9.473 novas vagas entre janeiro e junho de 2018, incremento no estoque de trabalho de 0,84% em relação a dezembro de 2017. O resultado foi em decorrência, principalmente, do aumento no nível de empregos dos seguintes setores: Serviços (+8.152), Indústria de Transformação (+3.674, sendo 3.289 postos da Indústria de calçados), Construção Civil (+2.534), Administração Pública (+264), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+149) e Extrativa Mineral (+98). Embora com saldo positivo no Estado, os seguintes setores reduziram o estoque de postos de emprego: Comércio (-4.126) e Agropecuária (-1.272).

Maranhão registrou saldo positivo de 6.975 postos de emprego, de janeiro a junho de 2018. O resultado foi puxado em decorrência, principalmente, da expansão no nível de empregos do setor de Serviços (+5.981). Os segmentos Indústria da Transformação (+2.125), Agropecuária (+1.428) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+390) também finalizaram o semestre com saldo positivo. Contudo, no mesmo período, Construção Civil (-1.750), Comércio (-1.146), Administração Pública (-51) e Extrativa Mineral (-2) reduziram o nível de emprego.

Piauí ampliou o nível de emprego em 2.712 postos de trabalho celetista nos primeiros seis meses de 2018. O saldo positivo foi decorrente, sobretudo, da atuação das seguintes atividades econômicas: Indústria de Transformação (+1.558), Agropecuária (+762), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+448), Serviços (+396), Extrativa Mineral (+59) e Administração Pública (+11). No entanto, Comércio (-455) e Construção Civil (-67), por sua vez, apresentaram redução de vagas.

Em Sergipe, verificou-se diminuição do nível de emprego em 3.539 postos, no acumulado até junho de 2018, sendo explicada pelo desempenho negativo dos seguintes setores: Agropecuária (-1.830), Indústria de Transformação (-1.754), Comércio (-1.389), Extrativa Mineral (-104) e Administração Pública (-90). Por outro lado, os Serviços (+1.009), Construção Civil (+579) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+37) expandiram as contratações.

Rio Grande do Norte (-4.234) reduziu o número de postos de trabalho entre janeiro e junho de 2018. O baixo desempenho foi influenciado pelos setores: Agropecuária (-3.397), Indústria de Transformação (-1.787), Comércio (-1.628) e Extrativa Mineral (-73). Em contraponto, as seguintes atividades firmaram novas contratações de empregos com

carteira assinada: Serviços (+1.950), Construção Civil (+534), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+101) e Administração Pública (+66).

Paraíba reduziu seu quadro de emprego em 6.163 postos, de janeiro a junho de 2018. Os setores Indústria de Transformação (-5.149), Agropecuária (-4.019), Construção Civil (-152) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-81) apresentaram perda de empregos celetistas. Por outro lado, Serviços (+3.083), Comércio (+124), Extrativa Mineral (+26) e Administração Pública (+5) aumentaram o nível de emprego no acumulado de 2018.

Em Pernambuco, registrou-se queda no nível do estoque de emprego celetista em 20.295 postos, nos primeiros seis meses de 2018. Os setores Indústria de Transformação (-15.747), Agropecuária (-5.418), Comércio (-2.346), Construção Civil (-1.016), Administração Pública (-40) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-10) contribuíram para a baixa dos números no Estado. Por outro lado, Serviços (+4.268) e Extrativa Mineral (+14) ampliaram seus estoques de empregos formais.

Em Alagoas, o saldo de movimentação dos admitidos e desligados foi negativo em 24.266 postos. Das oito atividades, três contribuíram para a perda de postos de trabalho no Estado: Indústria de Transformação (-25.471), com resultado influenciado, em grande medida, pelo subsetor da Indústria de Alimentos e Bebidas (-25.458); Agropecuária (-1.966) e Comércio (-523). Embora com saldo negativo no Estado, cinco atividades formaram novos postos de emprego nos seis primeiros meses de 2018: Serviços (+2.751); Construção Civil (+848); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+89), Extrativa Mineral (+4) e Administração Pública (+2).

**Tabela 3 - Brasil, Nordeste e Unidades Federativas: Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica - Acumulado até maio de 2018 e acumulado dos últimos doze meses**

Estado/Região	Jan - Jul/2018				Últimos Doze Meses (Jul/17 a Jun/18)			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Bahia	302.926	282.493	20.433	1,23	579.326	564.756	14.570	0,88
Ceará	195.145	185.672	9.473	0,84	386.897	366.017	20.880	1,87
Maranhão	77.115	70.140	6.975	1,53	153.545	142.312	11.233	2,49
Piauí	45.873	43.161	2.712	0,95	92.970	88.496	4.474	1,57
Sergipe	40.992	44.531	-3.539	-1,25	84.955	84.049	906	0,32
Rio Grande do Norte	68.244	72.478	-4.234	-1,00	139.619	139.614	5	0,00
Paraíba	59.651	65.814	-6.163	-1,55	121.633	121.070	563	0,14
Pernambuco	183.878	204.173	-20.295	-1,64	395.103	392.961	2.142	0,18
Alagoas	46.863	71.129	-24.266	-6,95	114.514	114.520	-6	0,00
<b>Nordeste</b>	<b>1.020.687</b>	<b>1.039.591</b>	<b>-18.904</b>	<b>-0,30</b>	<b>2.068.562</b>	<b>2.013.795</b>	<b>54.767</b>	<b>0,89</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

## 10 Comércio Exterior

A balança comercial brasileira atingiu superávit de US\$ 29.932,9 milhões de janeiro a junho de 2018, saldo 17,3% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 36.210,2 milhões), segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), vide Gráfico 1. Apesar da greve dos caminhoneiros ter afetado esse resultado, o MDIC mantém a estimativa de saldo acima de US\$ 50 bilhões para este ano.

No semestre, as exportações totalizaram US\$ 113.712,0 milhões, incremento de 5,6% frente a janeiro-junho de 2017. Nesse período comparativo, as importações registraram aumento maior, 17,2%, somando US\$ 83.779,1 milhões. A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 197.491,2 milhões, no acumulado de 2018 ante US\$ 179.189,4 milhões no acumulado do primeiro semestre de 2017, incremento de 10,2% no período em análise.

A desagregação das exportações brasileiras por fator agregado (Tabela 1) mostra que todos os subgrupos apresentaram crescimento no volume de vendas nos primeiros seis meses do ano ante o mesmo período de 2017.

As exportações de produtos básicos (48,1% da pauta) aumentaram de 4,4% nesse período. A soja liderou as exportações participando com 16,2% do total da pauta brasileira. O embarque de 46,3 milhões de toneladas da oleaginosa gerou receita US\$ 18.432,0 milhões, crescimento de 10,6% no período em foco.

Em seguida no ranking, estão óleos brutos de petróleo e minério de ferro com participações de 8,9% e 6,6%, respectivamente. Entretanto, enquanto as vendas de petróleo aumentaram 9,4%, os embarques de minério de ferro decresceram 15,1%, no intervalo janeiro a junho de 2018 frente a igual período de 2017, devido à oscilação dos preços das commodities.

Os produtos manufaturados contribuíram com 36,1% da pauta de exportação brasileira no primeiro semestre de 2018. Relativamente a igual período de 2017, as vendas externas do segmento registraram crescimento de 9,1%. Em valores absolutos, os maiores incrementos foram em produtos manufaturados (US\$ 417 milhões), óleos combustíveis (US\$ 423,3 milhões), máquinas e aparelhos para terraplanagem e perfuração (US\$ 436,1 milhões) e plataformas de perfuração ou de exploração (US\$ 1.534,6 milhões).

Com relação à exportação de semimanufaturados, celulose (3,8% da pauta), açúcar de cana (2,2%) e produtos semimanufaturados de ferro ou aços (2,1%) foram os principais produtos do segmento. No período em análise, as vendas externas de celulose e de produtos semimanufaturados de ferro ou aços registraram crescimento de 44,0% e 18,5%, respectivamente. Por outro lado, açúcar de cana retrocedeu 40,9%, nesse período.

A China, principal destino das exportações brasileiras, absorveu, no primeiro semestre deste ano, 26,2% das vendas externas, incremento de 10,6% relativamente ao mesmo período de 2017. Soja (48,1%), óleos brutos de petróleo (18,8%) e minérios de ferro e seus concentrados (16,4%) foram os principais produtos vendidos para a economia chinesa.

Os Estados Unidos, respondendo por 11,6% das aquisições dos produtos brasileiros, apresentaram crescimento de 2,0% nas compras, nesse período em análise, com destaque para produtos semimanufaturados de ferro ou aços (10,2%), óleos brutos de petróleo (7,1%) e aviões (6,1%).

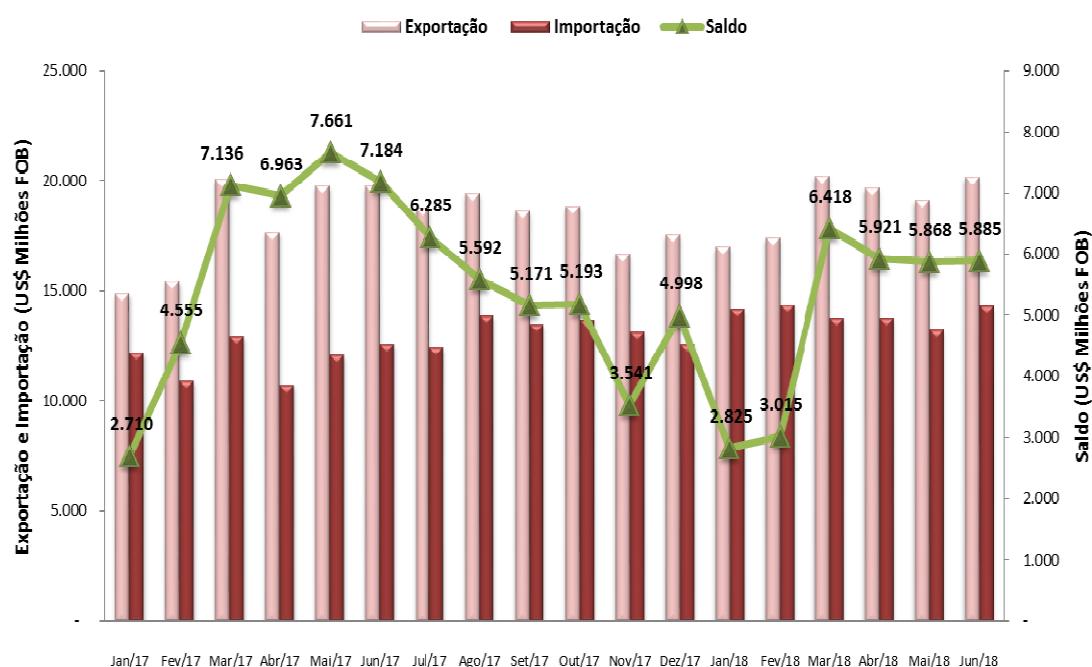
Terceiro mercado de destino dos produtos brasileiros com 7,8% de participação, a Argentina registrou acréscimo de 6,7%, adquirindo automóveis de passageiros (27,2%), veículos de carga (9,0%) e partes e peças para veículos automóveis e tratores (6,4%).

A desagregação das importações brasileiras por categoria de uso (Tabela 2) revela crescimento em todos os segmentos. As compras de Bens Intermediários (44,4% do total) aumentaram 11,9%, no período em análise. Nessa categoria, foram importados, principalmente, insumos industriais (34,3%) e peças para equipamentos de transporte (8,2%), com incremento nas compras de 13,9% e 9,2%, respectivamente.

O destaque, porém, foram nas aquisições de Bens de Capital (máquinas e equipamentos usados na produção) que aumentaram 29,2%, nos período de janeiro a junho deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, sinalizando a retomada de investimentos pelo setor produtivo.

Os principais países de origem das importações brasileiras, nos primeiros seis meses deste ano, foram: China (17,9% - produtos manufaturados, aparelhos transmissores ou receptores e componentes, compostos heterocíclicos), Estados Unidos (16,2% - óleos combustíveis, produtos manufaturados e produtos básicos), Alemanha (6,3% - produtos manufaturados, medicamentos para medicina humana e veterinária, partes e peças para veículos automóveis e tratores), Argentina (6,2 % - automóveis de passageiros, veículos de carga e trigo em grãos).

Gráfico 1 - Exportações, importações e saldo da balança comercial - Jan/2017 a jun/2018 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 1 - Brasil - Exportação por fator agregado - Jan-jun/2018/2017 - US\$ milhões FOB

Fator agregado	Jan - Jun/2018		Jan - Jun/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	54.743	48,1	52.453	48,7	4,4
Industrializados	56.204	49,4	52.710	48,9	6,6
Semimanufaturados	15.123	13,3	15.052	14,0	0,5
Manufaturados	41.081	36,1	37.659	35,0	9,1
Operações especiais	2.765	2,4	2.537	2,4	9,0
<b>Total</b>	<b>113.712</b>	<b>100,0</b>	<b>107.700</b>	<b>100,0</b>	<b>5,6</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Nota (1): As operações especiais incluem: exportação com margem não sacada, exportação em consignação, envio de amostras, exportações destinadas a feiras, exposições e certames, exportação com pagamento em moeda nacional e reexportação.

Tabela 2 - Brasil - Importação por categoria de uso - Jan-jun/2018/2017 - US\$ milhões

Categoria de uso	Jan - Jun/2018		Jan - Jun/2017		Var. %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
<b>Bens de capital</b>	23.333	27,9	18.054	25,3	29,2
<b>Bens intermediários</b>	37.164	44,4	33.207	46,5	11,9
<b>Bens de consumo</b>	11.623	13,9	10.015	14,0	16,1
Bens de consumo não duráveis	8.385	10,0	7.704	10,8	8,8
Bens de consumo duráveis	3.238	3,9	2.311	3,2	40,1
<b>Combustíveis e lubrificantes</b>	11.660	13,9	10.213	14,3	14,2
<b>Total</b>	<b>83.779</b>	<b>100,0</b>	<b>71.490</b>	<b>100,0</b>	<b>17,2</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

As exportações do Nordeste totalizaram US\$ 8.412,9 milhões no acumulado de janeiro-junho de 2018, com incremento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2017. Já as importações somaram US\$ 9.963,7 milhões, aumento de 3,8%, nesse período comparativo. A balança comercial da Região, portanto, acumulou déficit de US\$ 1.550,8 milhões, valor ligeiramente abaixo do computado no mesmo período do ano anterior (- US\$ 1.591,6 milhões). Nos seis primeiros meses de 2018, as exportações do Nordeste responderam por 7,4% do total das vendas externas brasileiras e por 11,9% das aquisições do País (Gráfico 2).

A decomposição das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 3) mostra que todos os subgrupos apresentaram crescimento no volume de vendas nos primeiros seis meses do ano ante o mesmo período de 2017, com destaque para os básicos (+9,2%) e semimanufaturados (+10,9%).

No grupo dos produtos básicos, destacaram-se as exportações do complexo soja (soja em grão; bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja; farinhas e "pellets" da extração do óleo de soja), com incremento de 8,8% (acrédito de US\$ 106,9 milhões, em valores absolutos), no período de janeiro a junho deste ano em comparação com janeiro a junho do ano passado.

Quanto as exportações de produtos semimanufaturados, as vendas de pasta química de madeira lideraram a pauta nordestina com 13,2% de participação e crescimento de 41,0% no período em análise. Em seguida, vieram as vendas de produtos semimanufaturados de ferro e aço (6,7% da pauta), com aumento de 16,2% neste primeiro semestre ante mesmo período do ano passado.

No grupo dos produtos manufaturados (44,1% das vendas externas) houve ligeira queda de 0,6% das exportações no período em análise. Contribuíram para esse resultado o recuo nas exportações de automóveis com motor a explosão, 1500<cm3<=3000, até 6 passageiros (-24,1%), veículos automóveis com motor diesel, p/carga<=5t (-47,0%) e de tereftalato de etileno (-51,0%).

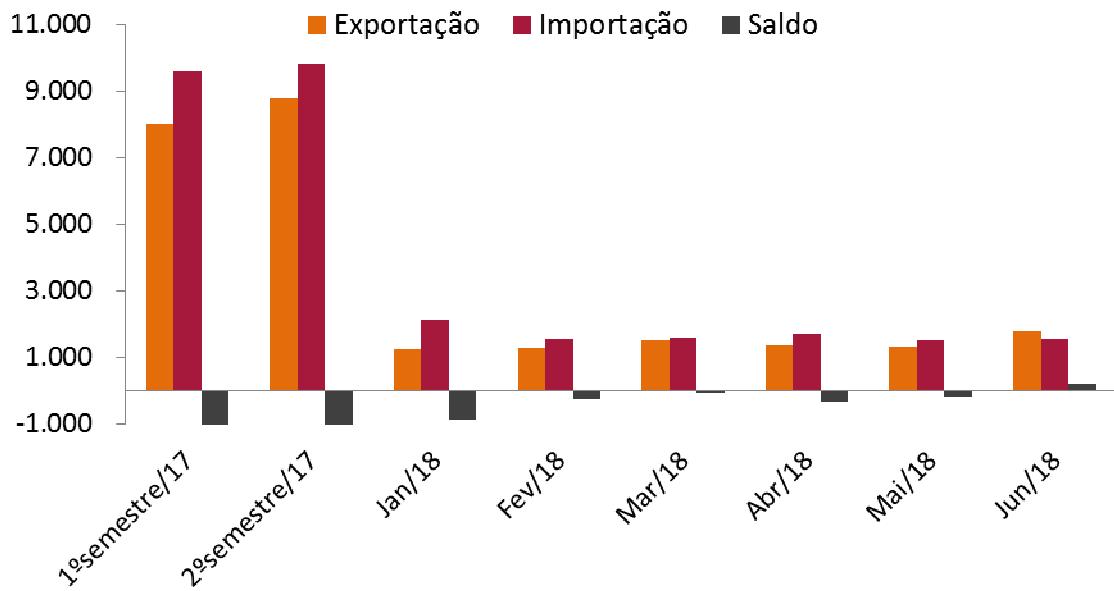
Os cinco principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 60,6% das vendas externas da Região, no acumulado deste ano: China (19,7%), Estados Unidos (15,7%), Argentina (12,9%), Canadá (6,6%) e Holanda (5,7%). Em relação ao primeiro semestre de 2017, as taxas de crescimento foram: China (+1,0%), Estados Unidos (+7,9%), Argentina (+16,4%), Canadá (+32,1%) e Holanda (+11,1%). Vale destacar, entretanto, o expressivo acréscimo nas vendas para a França (+80,2%) e Noruega (+380,7%), nesse período comparativo.

Do lado das importações nordestinas (Tabela 4), todos os segmentos apresentaram, no primeiro semestre de 2018, crescimento nas aquisições externas: Bens de capital (+7,3%), Bens intermediários (+4,5%), Bens de consumo (+6,4%) e Combustíveis e lubrificantes (+1,2%), quando comparadas aos seis primeiros meses de 2017. A aquisição de Bens Intermediários respondeu pela maior parte: 46,6% do total das compras externas. Nessa categoria, foram importados, principalmente, insumos industriais (31,5%) e peças e acessórios de equipamentos de transporte (9,1%).

Os maiores acréscimos, em valores absolutos, foram nas aquisições de óleo diesel (+US\$ 404,3 milhões), propanos liquefeitos (+US\$ 233,6 milhões) e caixas de marchas (+US\$ 93,0 milhões). Por outro lado, os decréscimos mais significativos foram nas importações de naftas para petroquímica (-US\$ 491,8 milhões), gasolinhas (-US\$ 214,1 milhões), álcool etílico (-US\$ 175,2 milhões) e sulfetos de minérios de cobre (-US\$ 105,3 milhões).

Estados Unidos (29,8%), China (10,4%), Argentina (8,8%), México (4,1%) e Argélia (3,5%) foram os principais países de origem das importações nordestinas no acumulado deste ano. Relativamente a janeiro a junho de 2017, cresceram os desembarques dos produtos oriundos dos Estados Unidos (+21,5%), China (+5,7%), enquanto as compras adquiridas do México (-4,3%) e Argélia (-47,8%) caíram.

Gráfico 2 - Nordeste: Exportações, importações e saldo da balança comercial - Jan/2017 a jun/2018 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 3 - Nordeste: Exportação por fator agregado - Jan-jun/2018/2017 - US\$ milhões

Fator Agregado	Jan - jun/2018		Jan - jun/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	1.924,0	22,9	1.761,3	22,0	9,2
Industrializados	6.415,7	76,3	6.173,4	77,1	3,9
Semimanufaturados	2.706,0	32,2	2.441,1	30,5	10,9
Manufaturados	3.709,8	44,1	3.732,3	46,6	-0,6
Operações especiais	73,2	0,9	69,5	0,9	5,4
<b>Total</b>	<b>8.412,9</b>	<b>100,0</b>	<b>8.004,1</b>	<b>100,0</b>	<b>5,1</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 4 - Nordeste: Importação por categoria de uso - Jan-jun/2018/2017 - US\$ milhões

Categoria de uso	Jan - jun/2018		Jan - jun/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.236,4	12,4	1.152,5	12,0	7,3
Bens intermediários	4.640,8	46,6	4.441,5	46,3	4,5
Bens de consumo	717,0	7,2	673,6	7,0	6,4
Bens de consumo não duráveis	426,4	4,3	432,0	4,5	-1,29
Bens de consumo duráveis	290,6	2,9	241,6	2,5	20,24
Combustíveis e lubrificantes	3.369,5	33,8	3.328,1	34,7	1,2
<b>Total</b>	<b>9.963,7</b>	<b>100,0</b>	<b>9.595,7</b>	<b>100,0</b>	<b>3,8</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A Bahia lidera o ranking dos estados exportadores nordestinos, participando com 44,5% do total das vendas externas. No primeiro semestre de 2018, a balança comercial do Estado registrou superávit de US\$ 746,5 milhões. Nesse período, as exportações somaram US\$ 3.745,5 milhões, alta de 2,2% em relação ao primeiro semestre de 2017, enquanto as importações, no total de US\$ 2.999,0 milhões, caíram 12,9% na mesma comparação. Pasta química de madeira (16,6%), soja (11,8%) e automóveis com motor a explosão, 1000<cm3<=1500, até 6 passageiros (7,3%) foram os principais produtos exportados pelo Estado. China (27,5%), Argentina (13,0%) e Estados Unidos (12,0%) foram os países de destino das exportações baianas (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

No Maranhão, as vendas ao exterior (US\$ 1.850,1 milhões) registraram expressivo crescimento de 30,5% no período de janeiro a junho de 2018, frente ao mesmo período do ano passado, devido, principalmente, ao aumento das exportações de alumina calcinada (+37,7%), pasta química de madeira (+51,1%) e soja (+14,1%). Juntos, esses produtos representam 93,2% da pauta do Maranhão. Os principais países de destinos das vendas maranhenses, nesse período, foram: China (20,8%), Estados Unidos (20,5%) e Canadá (19,9%), vide Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2.

O saldo da balança comercial de Pernambuco acumulou déficit de US\$ 2.464,8 milhões, resultado de importações no valor de US\$ 3.571,6 milhões e exportações de US\$ 1.106,9 milhões, no primeiro semestre do ano. As importações pernambucanas estão concentradas nas categorias combustíveis e lubrificantes (39,2% do total) e Bens intermediários (44,1%) que registraram alta, em valores absolutos, de US\$ 426,5 milhões e US\$ 299,8 milhões, respectivamente, no período em análise. Estados Unidos (35,4%), Argentina (9,0%) e México (7,9%) foram os principais países de origem das aquisições externas do Estado (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

No Ceará, a balança comercial finalizou o primeiro semestre de 2018 com déficit de US\$ 276,7 milhões. As exportações somaram US\$ 1.025,8 milhões, incremento de 6,3%, no período de janeiro a junho de 2018 ante janeiro a junho de 2017, resultado do aumento, principalmente, das vendas de produtos semimanufaturados de ferro e aço (+US\$ 78,4 milhões), melões frescos (+ US\$ 20,5 milhões) e água de coco (+ US\$ 19,6 milhões). Por outro lado, as importações, US\$ 1.302,5 milhões (+13,1%) destinaram-se, basicamente, à aquisição de Bens intermediários (38,1%), tendo os Insumos industriais absorvido 29,6% do total e os combustíveis e lubrificantes 45,5%. China (19,4%), Estados Unidos (17,4%) e Colômbia (12,7%) foram os principais países de origem das importações cearenses (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

Alagoas registrou déficit em sua balança comercial, da ordem de US\$ 102,1 milhões, resultado de US\$ 207,6 milhões de exportações e US\$ 309,7 de importações realizadas entre janeiro e junho de 2018. Relativamente a janeiro a junho do ano passado, as exportações alagoanas caíram 58,9%, enquanto as importações cresceram 0,6%. Nesse período comparativo, o principal produto exportado, açúcar refinado (90,9% da pauta), registrou recuo de 35,1% no valor exportado e de 8,7% na quantidade embarcada devido à queda na produção e aos baixos preços no mercado internacional. Quanto aos países de destino das exportações, Argélia (25,8%), Canadá (20,0%) e Tunísia (10,7%) foram responsáveis por 56,6% do total exportado (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

O Rio Grande do Norte exportou US\$ 128,8 milhões no período de janeiro a junho de 2018, queda de 1,7%, frente ao mesmo período de 2017. Caíram, em valores absolutos, as vendas de melões frescos (-US\$ 14,9 milhões) e melancias frescas (-US\$ 4,6 milhões). Em sentido contrário, vale ressaltar, o aumento da venda de óleo combustível (+US\$ 9,7 milhões) e de tecidos de algodão (+US\$ 3,5 milhões). Estados Unidos (20,4%), Holanda

(12,0%) e Espanha (11,5%) foram os principais países de destino das exportações do Estado (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

No primeiro semestre de 2018, o Piauí acumulou superávit de US\$ 168,1 milhões, ante US\$ 14,2 milhões no mesmo período do ano passado. O desempenho positivo foi devido ao aumento de 21,4% das exportações e da queda de 56,1% no valor das importações, no período de análise. A soja representou 84,1% da pauta do Estado, registrando aumento de 31,5% no valor exportado e de 24,3% na quantidade embarcada. China (80,8%) foi o principal destino das vendas externas piauienses (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

A Paraíba acumulou déficit de US\$ 199,5 milhões na balança comercial entre janeiro a junho de 2018. Comparativamente a janeiro a junho de 2017, as exportações declinaram 29,2%, resultado da queda das vendas de calçados de borracha/plástico (-32,5%) e açúcares de cana (-87,3%). Por outro lado, o aumento de 30,5% nas importações, decorreu, principalmente, do acréscimo nas compras de combustíveis e lubrificantes (+653,7%) e de Bens de capital (+60,3%). França (18,0%), Estados Unidos (8,2%) e Argentina (7,5%) foram os principais países de destinos das exportações, enquanto Estados Unidos (29,8%), China (22,0%) e Argentina (12,8%) foram os principais países de origem das importações paraibanas (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

Sergipe exportou, no primeiro semestre de 2018, US\$ 42,2 milhões, 17,9% inferior ao total registrado no mesmo período de 2017. Esse resultado decorreu, principalmente, da queda de 91,1% nas vendas de calçados, apesar do aumento de 57,8% do valor exportado de suco de laranja. Holanda (42,8%), Turquia (10,9%) e Estados Unidos (4,2%) foram os principais compradores dos produtos sergipanos (Tabela 5, Quadro 1 e Quadro 2).

Tabela 5 - Exportação, importação e saldo da balança comercial do Nordeste e estados - Jan-jun/2018 - US\$ milhões

Estado/Região	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var % jan-jun 2018/2017	Valor	Part. (%)	Var % jan-jun 2018/2017	
Bahia	3.745,5	44,5	2,2	2.999,0	30,1	-12,9	746,5
Maranhão	1.850,1	22,0	30,5	1.297,2	13,0	-10,4	552,9
Pernambuco	1.106,9	13,2	12,2	3.571,6	35,8	30,3	-2.464,8
Ceará	1.025,8	12,2	6,3	1.302,5	13,1	17,6	-276,7
Alagoas	207,6	2,5	-58,9	309,7	3,1	0,6	-102,1
Rio Grande do Norte	128,8	1,5	-1,7	76,3	0,8	-21,3	52,5
Piauí	253,5	3,0	21,4	85,5	0,9	-56,1	168,1
Paraíba	52,5	0,6	-29,2	252,0	2,5	30,5	-199,5
Sergipe	42,2	0,5	-17,9	69,9	0,7	11,0	-27,7
<b>Nordeste</b>	<b>8.412,9</b>	<b>100,0</b>	<b>5,1</b>	<b>9.963,7</b>	<b>100,0</b>	<b>3,8</b>	<b>-1.550,8</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Quadro 1 - Principais produtos exportados e importados - Nordeste e estados - Jan-Jun/2018  
- Em %

Estado/Região	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (42,7%), pasta química de madeira (26,5%), soja (23,9%)	Óleo diesel (38,4%), álcool etílico (24,1%), gasolinas (9,0%)
Piauí	Soja (84,1%), ceras vegetais (10,9%), mel natural (2,8%)	Laminados de ferro/aço (13,5%), naftas (10,6%), laminados de ferro/aço (9,0%)
Ceará	Produtos semimanufaturados de ferro/aço (54,7%), castanha de caju (4,9%), calçados (4,3%)	Hulha betuminosa (25,5%), gás natural (10,1%), trigos e misturas de trigo c/centeio (6,9%)
Rio G. do Norte	Melões frescos (18,8%), castanha de caju (8,8%), sal marinho (8,5%)	Trigos e misturas de trigo c/centeio (35,6%), máquinas e aparelhos mecânicos (6,3%), coque de petróleo (3,7%)
Paraíba	Calçados (40,1%), Ilmenita (minérios de titânio) (16,0%), mamões (papaia) frescos (7,1%)	Naftas (13,0%), trigos e misturas de trigo c/centeio (8,1%), gasóleo (óleo diesel) (6,5%)
Pernambuco	Gasóleo (óleo diesel) (26,2%), Óleo combustível (16,1%), automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, até 6 passageiros (16,1%)	Gasóleo (Óleo diesel) (15,0%), propanos liquefeitos (11,8%), gasolinas (6,3%)
Alagoas	Açúcares de cana (90,9%), soja (4,4%), ladrilhos e placas (lajes (1,2%)	Hidróxido de sódio (7,7%), cloreto de etileno (5,1%), s alhos frescos ou refrigerados (4,4%)
Sergipe	Sucos de laranjas (53,9%), calçados (6,4%), preparações alimentícias (5,7%),	Diidrogeno-ortofosfato de amônio (8,8%), trigos e misturas de trigo c/centeio (7,5%), coque de petróleo (5,7%)
Bahia	Pasta química de madeira (16,6%), soja (11,8%), automóveis c/motor explosão, 1000<cm3<=1500, até 6 passag (7,3%)	Naftas para petroquímica (16,6%), sulfetos de minérios de cobre (9,0%), veículos automóveis c/motor diesel, p/carga<=5t (5,9%)
Nordeste	Pasta química de madeira (13,2%), soja (13,1%), alumina calcinada (9,4%),	Gasóleo (óleo diesel) (11,7%), naftas para petroquímica (5,0%), propanos liquefeitos (4,2%),

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Quadro 2 - Principais países de destino das exportações e de origem das importações (em %)  
– jan-jun/2018

Estado/Região	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (20,8%), Estados Unidos (20,5%), Canadá (19,9%)	Estados Unidos (74,0%), Holanda (4,5%), Rússia (4,1%)
Piauí	China (80,8%), Japão (5,5%), Estados Unidos (4,8%)	China (37,3%), Estados Unidos (16,2%), Ucrânia (13,6%)
Ceará	Estados Unidos (29,5%), Turquia (11,4%), México (10,6%)	China (19,4%), Estados Unidos (17,4%), Colômbia (12,7%)
Rio G. do Norte	Estados Unidos (20,3%), Holanda (12,0%), Espanha (11,5%)	Argentina (40,7%), China (12,1%), Espanha (11,1%)
Paraíba	França (18,0%), Estados Unidos (8,2%), Argentina (7,5%)	Estados Unidos (29,8%), China (22,0%), Argentina (12,8%)
Pernambuco	Argentina (40,5%), Estados Unidos (13,0%), França (6,6%)	Estados Unidos (35,4%), Argentina (9,0%), México (7,9%)
Alagoas	Argélia (25,8%), Canadá (20,0%), Tunísia (10,7%)	China (40,6%), Estados Unidos (19,6%), Argentina (6,7%)
Sergipe	Holanda (42,8%), Turquia (10,9%), Estados Unidos (4,2%)	Estados Unidos (18,2%), Marrocos (13,2%), China (12,2%)
Bahia	China (27,5%), Argentina (13,0%), Estados Unidos (12,0%)	Argentina (12,0%), China (11,9%), Estados Unidos (11,8%)
Nordeste	China (19,7%), Estados Unidos (15,7%), Argentina (12,9%)	Estados Unidos (29,8%), China (10,4%), Argentina (8,8%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

## 11 Finanças Públicas

As Transferências constitucionais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados, sendo 21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM. Dos valores alocados para os referidos fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda per capita dos entes federativos. Ressalte-se que Estados e municípios pertencentes às regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais, tanto para realizar as operações de custeio quanto para promover investimentos.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o FPE totalizou R\$ 38,9 bilhões no primeiro semestre de 2018, ante R\$ 35,9 bilhões em iguais meses de 2017, conforme a Tabela 1. O crescimento real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +5,3%.

O FPE para os estados do Nordeste alcançou R\$ 20,3 bilhões nos primeiros seis meses de 2018, ante R\$ 18,8 bilhões no primeiro semestre de 2017, implicando aumento real de +4,9% no período. Os estados do Nordeste receberam 52,2% do total do FPE do País no primeiro semestre de 2018.

Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco receberam R\$ 11,9 bilhões do FPE destinado ao Nordeste, representando 58,7% do total destinado para essa Região. Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe ficaram com R\$ 8,4 bilhões, representando 41,3% do total alocado para o Nordeste. Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPE nos seis primeiros meses de 2018, em comparação com igual período de 2017.

O FPM no País somou R\$ 40,7 bilhões de janeiro a junho de 2018, em comparação com R\$ 37,6 bilhões em iguais meses de 2017, significando crescimento real de +5,3%. O FPM para o Nordeste somou R\$ 14,4 bilhões no primeiro semestre de 2018, ante R\$ 13,3 bilhões em iguais meses de 2017, implicando crescimento real de +4,8%. O FPM para o Nordeste correspondeu a 35,4% do total do País em 2018.

Bahia, Ceará e Pernambuco receberam R\$ 9,5 bilhões do FPM designado para o Nordeste, representando 65,9% do total destinado para essa Região. Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe ficaram com R\$ 4,9 bilhões, representando 34,1% do total alocado para o Nordeste. Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPM nos seis primeiros meses de 2018, em comparação com iguais meses de 2017.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 4,1 bilhões no primeiro semestre de 2018, aumento de +5,3% em termos reais, em relação à igual período de 2017. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou R\$ 1,9 bilhão no primeiro semestre de 2018, com crescimento real de 2,1%. Todas as capitais do Nordeste obtiveram incremento nesses repasses, em especial Aracaju, considerando a redução de sua renda per capita. Por sua vez, Maceió e Salvador tiveram reduções em seus valores, em função do crescimento de suas respectivas rendas per capita. As capitais do Nordeste receberam 46,5% do total destinado para as capitais do País no primeiro semestre de 2018.

Tabela 1 - FPE e FPM - Brasil, Nordeste e Estados - Primeiro semestre de 2017 e 2018 e previsão para Jul/2018 a Set/2018 - R\$ Milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM Capitais		Previsão 2018: Julho a Setembro		
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	FPE	FPM	FPM Capitais
Alagoas	1.499	1.633	897	926	202	176	582	415	79
Bahia	3.364	3.635	3.501	3.746	323	316	1.294	1.677	141
Ceará	2.627	2.836	1.868	2.027	323	351	1.010	908	157
Maranhão	2.588	2.797	1.562	1.714	202	219	996	767	98
Paraíba	1.715	1.856	1.180	1.280	129	140	661	573	63
Pernambuco	2.469	2.670	1.849	2.006	203	221	951	898	99
Piauí	1.550	1.682	999	1.084	202	219	599	485	98
Rio Grande do Norte	1.497	1.615	931	1.010	116	126	575	452	57
Sergipe	1.488	1.604	548	610	103	126	571	273	57
<b>Nordeste</b>	<b>18.796</b>	<b>20.328</b>	<b>13.335</b>	<b>14.405</b>	<b>1.802</b>	<b>1.896</b>	<b>7.238</b>	<b>6.450</b>	<b>849</b>
Espírito Santo	545	605	661	728	58	70	215	321	28
Minas Gerais	1.598	1.747	4.933	5.352	194	211	617	2.396	94
<b>Brasil</b>	<b>35.890</b>	<b>38.936</b>	<b>37.560</b>	<b>40.747</b>	<b>3.756</b>	<b>4.075</b>	<b>13.864</b>	<b>18.245</b>	<b>1.824</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN.

A arrecadação de ICMS alcançou R\$ 228,2 bilhões no Brasil no primeiro semestre de 2018, ante R\$ 215,8 bilhões no mesmo período de 2017, significando ganho real de 3,0%.

Referida arrecadação é concentrada em termos regionais. O Sudeste (49,8%) respondeu por quase metade do ICMS arrecadado nos seis primeiros meses de 2018. Com expressiva diferença, vieram na sequencia o Sul (18,0%), Nordeste (16,7%), Centro-Oeste (9,4 %) e Norte (6,2%), conforme especificado na Tabela 2.

A título de comparação, segue a distribuição da população por Região em 2017: Sudeste (41,8%); Nordeste (27,5%); Sul (14,3%); Norte (8,7%); e Centro-Oeste (7,7%). Verifica-se, portanto que, em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. No Norte e Nordeste, verifica-se o inverso, sendo que o maior hiato entre arrecadação de ICMS e população está no Nordeste.

A arrecadação de ICMS no Nordeste alcançou R\$ 38,1 bilhões nos seis primeiros meses de 2018, ante R\$ 35,6 bilhões em iguais meses de 2017, significando incremento real de 3,8% no período em análise. Os incrementos mais expressivos ocorreram no Norte (+6,8%) e Sudeste (+4,1%), com expansão relativamente modesta no Centro-Oeste (+2,8%). Por outro lado, verificou-se declínio de arrecadação no Sul (-1,9%).

Bahia (R\$ 10,7 bilhões), Pernambuco (R\$ 7,6 bilhões) e Ceará (R\$ 5,6 bilhões) responderam por 62,6% do total arrecadado com ICMS no Nordeste nos seis primeiros meses de 2018. Tem-se a seguir o Maranhão (R\$ 3,2 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,7 bilhões) e Paraíba (R\$ 2,6 bilhões). Em conjunto, referidos estados responderam por 22,3% do total obtido no Nordeste no período em análise. Alagoas (R\$ 2,1 bilhões), Piauí (R\$ 2,0 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,6 bilhão) ficaram com 15,1% do total coletado na Região.

Minas Gerais e Espírito Santo possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. Por outro lado, verifica-se hiato entre a arrecadação de ICMS e a população em todos os Estados do Nordeste, como mostram as Tabelas 2 e 3.

Com exceção de Sergipe (-0,5%) e Paraíba (-0,3%), os demais estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram crescimento real de arrecadação no período estudado: Alagoas (+9,7%), Piauí (+8,6%), Espírito Santo (+6,2%), Pernambuco (+6,1%), Rio Grande do Norte (+4,7%), Minas Gerais (+4,4%), Maranhão (+3,7%), Bahia (+2,8%) e Ceará (+1,9%), conforme especificado na Tabela 2.

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário (48,3%) apresentou a maior participação na coleta do ICMS do Nordeste no primeiro semestre de 2018. Seguiram o setor secundário (19,8%), petróleo, combustíveis e lubrificantes (16,6%), energia (12,1%) e o setor primário (0,9%).

Os maiores acréscimos ocorreram nos setores de energia (+15,2%) e terciário (+14,2%). O setor secundário (+4,4%) também expandiu, enquanto que petróleo, combustíveis e lubrificantes (-18,7%) e o setor primário (-1,8%) registraram declínio de arrecadação no Nordeste (Tabela 4).

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 96,8% da arrecadação total do ICMS no Nordeste nos seis primeiros meses de 2018.

Em resumo, verifica-se uma retomada da arrecadação de ICMS no Nordeste, embora com expressivas variações entre as Unidades Federativas. Cabe mencionar que o recolhimento do mencionado tributo na Região havia declinado 3,9% em 2015 e caído 2,0% em 2016, ambos em termos reais. Em 2017, ocorreu crescimento real de 3,2%.

Tabela 2 - Arrecadação de ICMS - Primeiro semestre de 2017 e 2018 - R\$ Milhões

Estado/Região/País	2017	Part.%	2018	Part.%	Var.%	Var. Real %
Alagoas	1.835	0,9	2.075	0,9	13,1	9,7
Bahia	10.076	4,7	10.679	4,7	6,0	2,8
Ceará	5.337	2,5	5.603	2,5	5,0	1,9
Maranhão	2.959	1,4	3.163	1,4	6,9	3,7
Paraíba	2.540	1,2	2.610	1,1	2,7	-0,3
Pernambuco	6.951	3,2	7.604	3,3	9,4	6,1
Piauí	1.801	0,8	2.017	0,9	12,0	8,6
Rio Grande do Norte	2.531	1,2	2.730	1,2	7,9	4,7
Sergipe	1.586	0,7	1.627	0,7	2,6	-0,5
<b>Nordeste</b>	<b>35.618</b>	<b>16,6</b>	<b>38.107</b>	<b>16,7</b>	<b>7,0</b>	<b>3,8</b>
<b>Norte</b>	<b>12.818</b>	<b>6,0</b>	<b>14.108</b>	<b>6,2</b>	<b>10,1</b>	<b>6,8</b>
<b>Sudeste</b>	<b>105.803</b>	<b>49,2</b>	<b>113.531</b>	<b>49,8</b>	<b>7,3</b>	<b>4,1</b>
Minas Gerais	21.584	10,0	23.235	10,2	7,7	4,4
Espírito Santo	4.489	2,1	4.912	2,2	9,4	6,2
<b>Sul</b>	<b>40.540</b>	<b>18,9</b>	<b>41.000</b>	<b>18,0</b>	<b>1,1</b>	<b>-1,9</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>20.227</b>	<b>9,4</b>	<b>21.430</b>	<b>9,4</b>	<b>5,9</b>	<b>2,8</b>
<b>Brasil</b>	<b>215.007</b>	<b>100,0</b>	<b>228.176</b>	<b>100,0</b>	<b>6,1</b>	<b>3,0</b>

Fonte: Elaboração BNB / ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Tabela 3 - Arrecadação de ICMS - Participação setorial - Primeiro semestre de 2018

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
Alagoas	0,04	34,6	40,7	12,1	10,9	1,6
Bahia	0,4	25,2	38,5	10,8	22,1	3,0
Ceará	0,1	19,6	46,8	13,2	16,7	3,6
Maranhão	0,5	13,6	58,0	14,3	9,8	3,7
Paraíba	0,1	13,8	67,0	13,0	1,7	4,5
Pernambuco	0,1	15,7	60,1	12,5	10,6	1,0
Piauí	6,9	13,5	33,7	13,1	32,6	0,2
Rio Grande do Norte	1,5	15,4	48,4	10,5	24,1	-
Sergipe	4,7	22,6	41,4	10,6	19,2	1,5
<b>Nordeste</b>	<b>0,9</b>	<b>19,8</b>	<b>48,3</b>	<b>12,1</b>	<b>16,6</b>	<b>2,3</b>

Fonte: Elaboração BNB / ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Tabela 4 - Arrecadação de ICMS - Variação Real (%) - Primeiro semestre de 2018/2017

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
Alagoas	-57,8	17,6	-0,5	27,3	17,0	-23,2
Bahia	-8,2	2,6	3,0	13,3	-2,7	35,9
Ceará	62,2	4,4	18,4	1,6	-27,6	11,0
Maranhão	-34,7	6,6	39,5	54,4	-35,8	4,5
Paraíba	-7,3	-0,5	45,6	9,0	-92,9	27,3
Pernambuco	-10,5	8,3	16,3	20,1	-37,7	51,7
Piauí	4,5	1,9	6,6	21,7	9,9	16,2
Rio Grande do Norte	-15,1	-0,6	3,9	1,3	13,5	0,0
Sergipe	12,7	-4,7	-5,5	5,5	10,7	29,6
<b>Nordeste</b>	<b>-1,8</b>	<b>4,4</b>	<b>14,2</b>	<b>15,2</b>	<b>-18,7</b>	<b>16,1</b>

Fonte: Elaboração BNB / ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

## 12 Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 3.130,1 bilhões em junho, implicando crescimento de 1,7% no acumulado dos últimos 12 meses e avanço de 1,2% no primeiro semestre de 2018 (Gráfico 1 e Tabela 1). Nesse cenário, a relação crédito/PIB atingiu 46,7%, conforme dados divulgados pelo Banco Central-BACEN.

O saldo da carteira de pessoas físicas alcançou R\$ 1.693,8 bilhões em junho de 2018, tendo expandido 6,2% em 12 meses e 2,7% no primeiro semestre de 2018. Por outro lado, verificou-se queda na carteira de pessoas jurídicas de 3,1% em 12 meses e declínio de 0,4% no primeiro semestre de 2018, e assim, o saldo da referida carteira atingiu R\$ 1.436,2 bilhões.

Os recursos direcionados apresentaram redução de 3,6% nos últimos 12 meses e queda de 1,1% no primeiro semestre de 2018, notadamente em decorrência da performance da carteira de crédito da pessoa jurídica, que registrou recuo de 11,7% nos últimos 12 meses, bem como declínio de 4,3% no primeiro semestre de 2018. Os recursos livres, por sua vez, aumentaram nos últimos 12 meses (+7,1%), e nos seis primeiros meses de 2018 (+3,5%), em razão da expansão do crédito da modalidade pessoa física, que expandiu 7,8% nos últimos 12 meses e 3,6% no primeiro semestre de 2018.

A taxa média geral de juros do crédito do sistema financeiro situou-se em 24,7% a.a. em junho, ou seja, 4,1 pontos percentuais (p.p.) abaixo em relação ao mesmo mês de 2017. O spread médio das operações contratadas, que representa a diferença entre o custo de captação de recursos e a realização de operações de crédito, situou-se em 17,8%, sinalizando trajetória de queda nos últimos 12 meses (-3,1 p.p.).

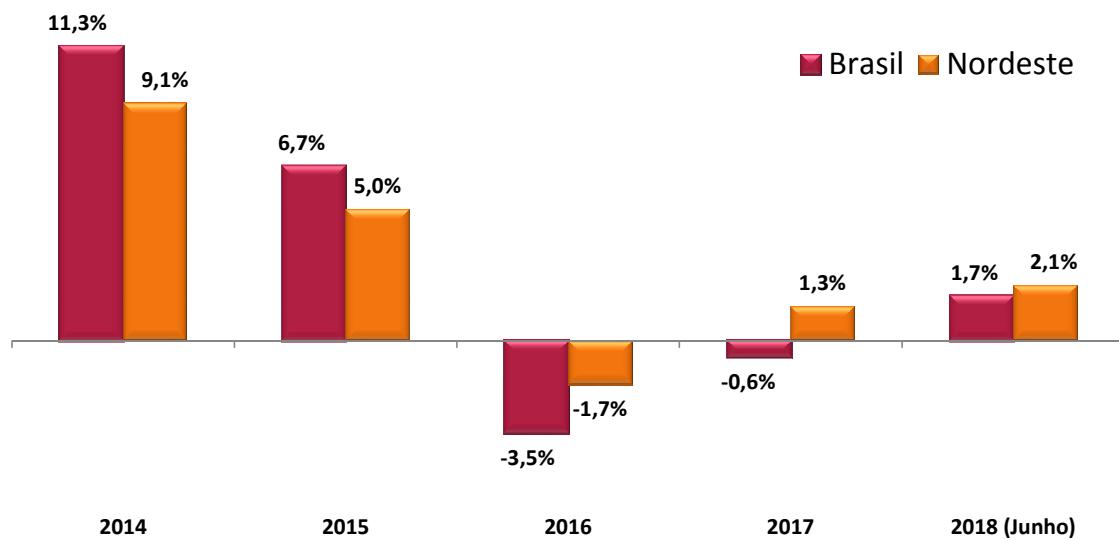
Regionalmente, consideradas as operações acima de R\$ 1 mil, ocorreu expansão no saldo de crédito, no acumulado dos últimos 12 meses, no Centro-Oeste (+4,9%, saldo de R\$ 351,0 bilhões), Norte (+4,9%, R\$ 121,9 bilhões), Sul (+4,5%, saldo de R\$ 576,0 bilhões) e Nordeste (+2,1%, saldo de R\$ 406,9 bilhões). Por outro lado, ocorreu leve retração no Sudeste (-0,1%, R\$ 1.623,1 bilhões).

Especificamente no Nordeste, o saldo de crédito alcançou R\$ 406,9 bilhões, representando elevação de +2,1% nos últimos 12 meses e +0,9% no primeiro semestre de 2018. As operações de crédito destinadas para as pessoas físicas aumentaram +7,5% nos últimos 12 meses e +3,5% no primeiro semestre de 2018. Quanto ao crédito para pessoas jurídicas, cujos recursos são essencialmente direcionados para a produção (investimentos e capital de giro), recuou 6,8% em 12 meses e 3,8% no primeiro semestre de 2018.

Entre os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, o saldo das operações de crédito nos últimos 12 meses foi crescente no Piauí (+5,9%), Paraíba (+5,2%), Ceará (+4,5%), Pernambuco (+2,6%), Rio Grande do Norte (+2,2%), Maranhão (+2,0%), Alagoas (+1,8%), Minas Gerais (+1,0%), Espírito Santo (+0,5%) e Sergipe (+0,2%). Na área de atuação do Banco do Nordeste, somente o Estado da Bahia (-0,7%) apresentou resultado negativo no acumulado dos últimos 12 meses.

A taxa de inadimplência regional registrou 3,58% em junho ante 3,06% no País. Na área de atuação do Banco do Nordeste, Sergipe (4,62%), Alagoas (4,61%), Paraíba (3,98%), Rio Grande do Norte (3,72%), Espírito Santo (3,69%) e Pernambuco (3,60%) apresentaram inadimplências acima da média regional. Os estados do Ceará (3,05%) e Minas Gerais (2,93%) registraram inadimplência abaixo da média nacional.

Gráfico 1 - Saldo de crédito no Brasil e Nordeste - Variação (%) acumulada no ano <sup>(1)</sup>



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Nota: (1) A variação de 2018 refere-se aos últimos 12 meses encerrados em junho.

Tabela 1 - Saldo de crédito no Brasil e regiões - Variação (%) acumulada no ano <sup>(1)</sup>

País/Região	2015	2016	2017	2018 (Até Junho)
<b>Brasil</b>	<b>6,7%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>1,7%</b>
<b>Nordeste</b>	<b>5,0%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>1,4%</b>	<b>2,1%</b>
Sudeste	8,1%	-4,8%	-1,9%	-0,1%
Norte	4,6%	-2,2%	2,4%	4,9%
Sul	3,3%	-0,5%	2,1%	4,5%
Centro Oeste	8,3%	-0,8%	3,1%	4,9%

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Nota: (1) A variação de 2018 refere-se aos últimos 12 meses encerrados em junho.

## 13 Índices de Preços

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Brasil registrou alta de 1,26% em junho, ante 0,40% em maio. No primeiro semestre de 2018, a inflação acumulada alcançou 2,60%, acima do registrado em igual período de 2017 (+1,18%). Nos últimos 12 meses, o índice subiu para 4,39%, superando os resultados obtidos nos 12 meses imediatamente anteriores (+2,86%), conforme especificado na Tabela 1.

Os grupos Alimentação e Bebidas (2,0%), Habitação (2,5%) e Transportes (1,6%), que concentram, aproximadamente, 60,0% das despesas das famílias, foram as que mais influenciaram o IPCA de junho, com 1,18 p.p. de impacto, respondendo por 93,0% do índice.

O subgrupo alimentação em domicílio subiu 3,1%. As principais altas ocorreram nos preços da batata-inglesa (17,2%), leite longa vida (15,6%), frango inteiro (8,0%) e carnes (4,6%). No grupo Habitação, a energia elétrica aumentou 7,9%, praticamente o dobro dos 3,5% de maio, e o maior impacto individual do mês (0,3 p.p) no índice geral. Nos Transportes, a gasolina (5,0% e 0,22 p.p.) e o etanol (4,2% e 0,04 p.p) contribuíram com, aproximadamente, 21,0% do IPCA de junho.

O IPCA do Nordeste aumentou 1,15% em junho, ante 0,81% em maio. No primeiro semestre de 2018, a inflação acumulada na Região alcançou 2,71%, acima do registrado em igual período de 2017 (+1,65%). No acumulado dos últimos 12 meses terminados em junho, o índice regional apresentou aceleração de 3,62%.

A inflação do Nordeste em junho foi determinada pelo crescimento de 1,8% nos preços do grupo Alimentação e Bebidas, com impacto de 0,5 p.p. no índice regional. Além disso, verificou-se incremento no grupo Habitação (+2,2%) e impacto de 0,3 p.p. no índice regional. No grupo Alimentação e Bebidas, o crescimento mais expressivo ocorreu no subgrupo alimentação em domicílio (+2,41%). No acumulado de 2018, os grupos que mais têm pressionado o IPCA do Nordeste são: Transportes (+7,89%), Habitação (+7,50%), Educação (+5,87%) além de Saúde e Cuidados Pessoais (+5,44%).

No período acumulado dos últimos 12 meses, finalizados em junho de 2018, verificou-se que a Região Nordeste apresentou inflação abaixo do nível nacional em seis dos nove grupos pesquisados pelo IBGE. O grupo Alimentação e Bebidas foi o componente que mais influenciou o resultado do comportamento dos preços, inferior no Nordeste (0,02%) em relação ao Brasil (1,05%), dado que este grupo detém o maior peso na composição regional (28,4%), vide Tabela 1.

Nos últimos 12 meses, os maiores índices inflacionários foram registrados em Goiânia (+5,19%), Porto Alegre (+4,97%) e São Paulo (+4,78%). Os menores ocorreram em Rio Branco (+1,17%), Vitória (+2,2%) e Belém (+2,43%). As variações nas capitais do Nordeste, nessa mesma base de comparação, foram: Salvador (+3,82%), Recife (+3,61%), Fortaleza (+3,15%), São Luis (+2,20%) e Aracaju (+1,69%). As inflações das capitais do Nordeste em junho estão especificadas na Tabela 2.

Tabela 1 - Taxa de inflação (%) anual do Brasil e Nordeste<sup>(1)</sup>

IPCA - Grupo Pesquisado	2014		2015		2016		2017		2018	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação e Bebidas	8,00	6,80	12,00	13,40	8,61	10,00	-1,87	-2,58	1,05	0,02
Habitação	8,80	10,30	18,30	12,50	2,84	6,29	6,26	7,00	7,52	7,50
Artigos de Residência	5,50	5,50	5,40	5,20	3,41	5,87	-1,48	-3,23	0,04	-1,09
Vestuário	3,60	2,90	4,50	3,20	3,54	3,94	2,88	3,31	1,80	2,23
Transportes	3,80	2,70	10,20	10,90	4,24	3,24	4,10	5,54	8,78	7,89
Saúde e Cuidados Pessoais	7,00	7,00	9,20	9,10	11,05	11,51	6,52	5,59	5,63	5,44
Despesas Pessoais	8,30	7,50	9,50	10,40	8,01	7,50	4,39	3,86	3,42	3,02
Educação	8,50	7,90	9,20	8,90	8,87	7,69	7,11	8,03	5,11	5,87
Comunicação	-1,50	-0,40	2,10	3,10	1,27	0,95	1,76	1,63	0,28	-0,80
<b>Geral</b>	<b>6,40</b>	<b>6,00</b>	<b>10,70</b>	<b>10,40</b>	<b>6,29</b>	<b>7,19</b>	<b>2,95</b>	<b>2,55</b>	<b>4,39</b>	<b>3,62</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) A variação de 2018 refere-se aos últimos 12 meses encerrados em junho.

Tabela 2 - Variação (%) do IPCA e Grupos em junho - Capitais selecionadas

IPCA - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	Recife	Salvador	São Luis
Alimentação e Bebidas	2,40	2,10	1,99	1,43	1,84
Habitação	1,95	1,49	2,22	2,65	2,03
Artigos de Residência	0,43	0,43	0,58	0,18	-0,80
Vestuário	0,88	-0,06	0,66	-0,02	2,02
Transportes	1,14	1,07	2,65	-0,01	1,77
Saúde e Cuidados Pessoais	0,24	0,45	0,66	0,49	0,26
Despesas Pessoais	0,76	0,39	0,42	0,21	0,52
Educação	0,00	0,10	-0,10	-0,22	0,24
Comunicação	-0,03	-0,02	0,08	-0,04	0,06
<b>Índice Geral</b>	<b>1,31</b>	<b>1,15</b>	<b>1,47</b>	<b>0,86</b>	<b>1,30</b>

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

## 14 Cesta Básica

O custo do conjunto de alimentos essenciais subiu 1,7% no Brasil em junho de 2018, segundo pesquisa mensal realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Verificou-se aumento nos preços do leite integral, da carne bovina de primeira, do feijão, da farinha de trigo, do óleo de soja e açúcar.

A cesta básica aumentou em todas as Regiões do País em junho. O maior incremento ocorreu na Região Norte (+3,3%), seguida pelo Sul (+2,7%), Nordeste (+2,0%), Sudeste (+1,3%) e Centro-Oeste (+1,1%), de acordo com os dados apresentados na Tabela 1. Os maiores impactos no índice nacional vieram do Sudeste (+0,6 p.p.) e Nordeste (+0,5 p.p.).

Contudo, verifica-se que o custo da cesta diminuiu em todas as regiões no acumulado de 2018. Os declínios mais expressivos ocorreram no Norte (-5,5%), Nordeste (-5,1%) e Centro-Oeste (-3,2%). Seguiram o Sul (-0,8%) e o Sudeste (-0,5%).

O preço da cesta básica também recuou no País e nas regiões no acumulado dos últimos 12 meses. No Brasil, a queda foi de 5,9%, enquanto que nas regiões o declínio mais expressivo verificou-se no Norte (-8,8%), Centro-Oeste (-7,5%) e Nordeste (-7,2%). Seguiram o Sudeste (-4,4%) e Sul (-4,4%), vide Tabela 1.

Em termos de valores monetários, a cesta mais cara permanece sendo a do Sudeste (R\$ 440,04), seguida do Sul (R\$ 429,51) e a do Brasil (R\$ 405,74). Tem-se então o Centro-Oeste (R\$ 397,83), Norte (R\$ 373,47) e Nordeste (R\$ 357,58). Referidos valores estão detalhados na Tabela 1.

Dentre as capitais pesquisadas (20), verificou-se incremento no valor da cesta básica em junho em 15 cidades. As altas mais expressivas ocorreram em Cuiabá (+7,54%), Recife (+5,82%), Curitiba (+3,84%), Belém (+3,83%) e Porto Alegre (+3,45%). As reduções verificaram-se em Campo Grande (-4,51%), Florianópolis (-3,70%), Belo Horizonte (-0,32%), Goiânia (-0,23%) e Rio de Janeiro (-0,10%).

No Nordeste, o custo da cesta aumentou em todas as capitais pesquisadas: Recife (+5,82%), Natal (+2,9%), São Luis (+2,5%), Salvador (+1,7%), João Pessoa (+1,0%), Aracaju (+0,4%) e Fortaleza (+0,1%). Em termos de impactos observados no índice nordestino, os mais expressivos foram os de Recife (+0,9 p.p.), Salvador (+0,5 p.p.) e São Luís (+0,3 p.p.).

Por outro lado, o custo da cesta básica segue em declínio, no acumulado de 2018, nas capitais nordestinas: Salvador (-6,9%), João Pessoa (-6,2%), Fortaleza (-5,1%), Recife (-4,1%), Aracaju (-3,8%), Natal (-3,3%) e São Luís (-2,3%). Semelhante tendência verifica-se no acumulado de 12 meses: Salvador (-9,6%), João Pessoa (-8,6%), Fortaleza (-6,3%), Recife (-6,1%), São Luis (-5,7%), Natal (-5,5%) e Aracaju (-5,0%).

Em termos de valores monetários, Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 392,35). Observa-se que a cesta básica dos fortalezenses é 9,7% maior que o valor da cesta regional (R\$ 357,58), além de superar em 17,8% a cesta mais barata da Região, ou seja, a de Salvador (R\$ 333,00). Seguem os custos da cesta básica nas demais capitais do Nordeste: Recife (R\$ 355,93), São Luís (R\$ 344,22), Natal (R\$ 351,11), João Pessoa (R\$ 349,80) e Aracaju (R\$ 349,55).

De acordo o DIEESE, os valores do leite integral e do feijão subiram em todas as capitais pesquisadas do Nordeste em junho. O quilo da carne bovina também aumentou em junho, à exceção de Aracaju. O preço do óleo de soja aumentou nas cidades nordestinas exceto em Natal e São Luís, ficando estável nessas capitais mencionadas. Com exceção de Fortaleza e João Pessoa, o preço do açúcar incrementou nas capitais do Nordeste.

O DIEESE acompanha mensalmente a evolução dos preços de produtos alimentícios, assim como o gasto mensal para adquiri-los nas capitais do País. Com isso, calcula-se a cesta básica de alimentos, que corresponde ao preço de uma ração alimentar composta por esses produtos. O Banco do Nordeste/ETENE construiu o valor da referida cesta para o Brasil e para as cinco regiões do País.

Tabela 1 - Valor (R\$) e variação (%) da Cesta Básica no Brasil e Regiões

Valor (R\$) da Cesta Básica no Brasil e Regiões - 2017/2018						
Período	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2017	Jan	412,96	400,12	371,71	412,91	438,15
	Fev	401,18	383,66	363,84	400,82	426,29
	Mar	406,35	381,03	369,89	402,73	434,45
	Abr	418,14	383,84	381,34	412,57	447,73
	Mai	418,04	386,29	375,15	409,15	451,92
	Jun	405,88	378,27	372,65	397,60	433,01
	Jul	407,38	372,56	370,60	396,33	425,04
	Ago	393,81	365,26	354,63	385,99	423,04
	Set	384,82	361,36	339,66	375,45	416,43
	Out	388,19	356,48	337,28	378,49	424,24
	Nov	382,76	351,00	335,76	373,07	416,42
	Dez	384,43	351,20	338,05	372,78	420,63
2018	Jan	403,80	360,74	358,66	397,15	439,86
	Fev	401,81	366,09	358,83	391,10	437,04
	Mar	399,66	361,82	350,06	389,91	437,82
	Abr	394,08	362,90	344,69	388,78	429,14
	Mai	398,79	361,70	350,69	393,46	434,36
	Jun	405,74	373,47	357,58	397,83	440,04
Período	Variação da Cesta Básica (%)					
Em Junho/2018	1,7	3,3	2,0	1,1	1,3	2,7
Em 2018	-2,4	-5,5	-5,1	-3,2	-0,5	-0,8
Em 12 meses	-5,9	-8,8	-7,2	-7,5	-4,4	-4,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.